

Financial Times confirma ofensiva de Trump a Moraes antecipada pelo Correio da Manhã

CAPPELLI - PÁGINA 14

Sarampo avança com fake news antivacina; Campinas aposta em Dia D

Diante do surto em SP, município mantém o foco em mais de 11 mil crianças com doses atrasadas

PÁGINA 6

LULA E FLÁVIO BOLSONARO INICIAM CAMPANHA ELEITORAL

No primeiro ato oficial da campanha eleitoral deste ano, os dois principais candidatos à Presidência da República escolheram cenários emblemáticos para seus comícios neste domingo. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que disputa a reeleição do PT, iniciou sua campanha com um comício pela manhã no Estádio da Vila Euclides, em São Bernardo do Campo (SP). Seu principal adversário, o senador Flávio Bolsonaro (PL) deu início à sua caminhada em Copacabana, no Rio de Janeiro



PAULO PINTO E FERNANDO FRAZÃO/ AGÊNCIA BRASIL

Lula começou campanha em São Bernardo e Flávio Bolsonaro no Rio

Câmeras contradizem motorista de Haddad

Novas imagens obtidas pela Polícia Militar do Estado de São Paulo não registram abordagem de policiais ao motorista do candidato Fernando Haddad (PT), segundo fontes da corporação.

PÁGINA 3

TRE-SP reforça fiscalização sobre uso de IA nas eleições

O presidente do Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP), desembargador José Antonio Encinas Manfré, afirmou que a Justiça Eleitoral está preparada para garantir segurança, transparência e esclarecimento.

PÁGINA 3

TALES FARIA

JHC E SUA MULHER EMBARALHAM O JOGO EM ALAGOAS

PÁGINA 2

EDITORIAL

PRÁTICA E DISCURSO SOBRE CLIMA PRECISAM MUDAR

PÁGINA 2

Pesquisadores da Unicamp debatem IA no Planalto

Pesquisadores do Instituto de Computação da Unicamp, participaram de uma reunião com Lula e Geraldo Alckmin.

PÁGINA 6

Suspensão de obras em Marginal de Sorocaba

Irregularidades no licenciamento ambiental motivaram o pedido do MPF para suspensão das obras em Sorocaba.

PÁGINA 8

Na tribuna do Senado, Magnavita defende direito a segredo da fonte

Em discurso na tribuna do Senado Federal, em Sessão Solene aos 69 anos da Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo

(Abrajet), o publisher do Correio da Manhã, Cláudio Magnavita, apontou excessos do Supremo Tribunal Federal.



TÔN MOLINA

Publisher do Correio da Manhã, Cláudio Magnavita durante discurso no plenário

PÁGINA 12

TALES FARIA

Jornalista e comentarista de política

JHC e sua mulher embaralham o jogo em Alagoas

O ex-prefeito de Maceió João Henrique Caldas (PSDB), conhecido como JHC, entrou definitivamente no meio da disputa entre os dois maiores caciques políticos de Alagoas, o senador Renan Calheiros (MDB) e o ex-presidente da Câmara Arthur Lira (PP). Agora incluindo sua mulher na campanha, conseguiu se tornar peça-chave da eleição desagradar a ambos os caciques políticos do estado.

Neste sábado, 15, ele registrou-se como candidato a governador, depois de idas e vindas entre concorrer ao governo ou ao Senado. Lira é candidato a senador e Renan Calheiros, também, com Renan Filho (MDB) concorrendo ao Palácio República dos Palmares.

Pesquisas de opinião durante o mandato de JHC à frente da prefeitura, encerrado em abril, registram aprovação popular variando entre 75% e 80,5% na capital alagoana. Na disputa pelo governo, Renan Filho leva vantagem, já que, além de ter sido governador, também foi prefeito de Muriç e sua família tem maior penetração do que JHC no resto do estado. As pesquisas de intenção de voto ora apontam empate, ora pequena vantagem para um dos dois.

No início da semana, JHC havia informado ao PSDB que se decidira por disputar o Senado. Com isso, tranquilizou os Calheiros, que fariam dobradinha pai e filho na campanha, mas deixou em pânico Arthur Lira, que está atrás de Renan-pai nas pesquisas para senador e poderia ser ultrapassado por JHC.

MÁRCIO COIMBRA

CEO da Casa Política e Presidente-Executivo do Instituto Monitor da Democracia

Conexão Moscou

Na alta geopolítica, a ingenuidade é um luxo caríssimo e a coincidência, uma ilusão para amadores. Quando o Palácio do Planalto recebe, de portas fechadas e fora da agenda oficial, o homem apontado pelo Ocidente como o verdadeiro número dois do Kremlin, o recado ao mundo vai muito além do protocolo. A presença silenciosa de Nikolai Patrushev em Brasília, em meio a atritos com Washington e a poucos meses do pleito eleitoral, não é um fato isolado. É o ponto de convergência de uma estratégia russa de longo alcance que envolve guerra híbrida, dependência energética e a instrumentalização do território brasileiro.

A escolha do Brasil pelo aparato de segurança de Moscou não é recente. O país tornou-se entreposto global para a “lavagem de identidades” do programa de espões “Ilegais” da Rússia. Casos como os de Sergey Cherkasov e Mikhail Mikushin mostraram como a inteligência russa usou brechas cartorárias para fabricar passaportes e infiltrar agentes no TPI e na OTAN. A exploração avançou também sobre o capital humano, atraindo jovens brasileiros para o front com falsas promessas. O padrão é claro: Moscou enxerga o Brasil como um território conveniente, capaz de fornecer desde identidades falsas até infantaria descartável para sua combatida máquina de guerra.

A dimensão mais pragmática dessa aliança subterrânea, contudo, é financeira e logística. Enquanto o discurso oficial empunha a “neutralidade”, a economia real revela a adesão ao financiamento do esforço de guerra de Vladimir Putin. Mais de R\$ 6,2 bilhões em diesel russo sancionado entraram no país por uma “frota

fantasma” de 32 navios com rotas maquiadas e ligações com o crime organizado expostas pela Operação Carbono Oculto. Hoje, a Rússia responde por 63% de todo o diesel importado pelo Brasil. Neste contexto, a figura de Patrushev — presidente do Conselho Marítimo russo — é decisiva. Sua passagem por Brasília, reunindo-se com ministérios estratégicos, civis e militares, buscou garantir blindagem regulatória e a manutenção dessas rotas paralelas.

Essa articulação ganha gravidade sob a ótica da guerra de informação. Patrushev, sancionado pela OFAC, é o mestre intelectual das operações globais de manipulação eleitoral do Kremlin. Sua visita ocorreu quando a diplomacia brasileira entrava em rota de colisão com os EUA, com revogações cruzadas de vistos e acusações de ingerência. O sinal é inequívoco: Brasília acusa os americanos de interferência eleitoral enquanto acolhe no Planalto, fora da agenda, o ex-chefe da antiga KGB, hoje chamada de FSB, e arquiteto da guerra suja russa com um currículo interminável de desinformação política no exterior. Em ano de eleições, a presença da cúpula da inteligência russa não é coincidência de calendário, mas uma troca de conveniências geopolíticas.

Ao tolerar o uso de seu território para espionagem, permitir o atracamento de uma frota clandestina de combustível e receber em segredo o chefe da inteligência do Kremlin sancionado internacionalmente, o Brasil sacrifica sua histórica reputação diplomática. A visita de Patrushev consolidou um pacto silencioso de cooperação logística, energética e de inteligência que insere nosso país no mapa das operações híbridas da Rússia — com custos que cobrarão seu preço por gerações.

EDITORIAL

Prática e discurso sobre clima precisam mudar

Durante muito tempo, falar sobre meio ambiente parecia significar falar sobre um futuro distante. Era comum ouvir que era preciso preservar o planeta para deixar um mundo habitável para filhos e netos. A frase, embora correta em sua intenção, carrega uma percepção cada vez mais equivocada sobre a urgência da questão climática. O futuro chegou. E os sinais de que ele chegou estão nas ruas, nos rios, nas lavouras, nos reservatórios e no orçamento das famílias.

Enchentes, vendavais, secas prolongadas e ondas de calor deixaram de ser acontecimentos que podem ser tratados apenas como exceções meteorológicas. Para muitas pessoas, consultar a previsão do tempo antes de sair de casa já não serve apenas para saber se é melhor levar um guarda-chuva ou recolher as roupas do varal.

Em determinadas situações, essa informação pode ser necessária para decidir se é seguro sair, viajar, trabalhar ou permanecer em determinada região.

O problema também aparece de maneira menos imediata, mas igualmente preocupante. A desertificação avança sobre áreas do território brasileiro e ameaça diretamente recursos que sustentam a vida e a economia. Cerca de 39 milhões de brasileiros vivem em locais ameaçados pelo processo, enquanto aproximadamente 18% do território nacional está classificado como área suscetível à desertificação. Entre 2000 e 2020, a área afetada aumentou de 1,35 milhão para 1,51 milhão de quilômetros quadrados.

A desertificação não significa simplesmente transformar uma região em um deserto. É um processo de degradação que reduz a capacidade do solo de reter água e sustentar a produção. Quando isso acontece, os efeitos ultrapassam os limites do campo. Menos água significa mais dificuldade para produzir alimentos, pressão sobre o abastecimento, perda de renda, migração e aumento dos custos. O impacto chega às cidades por meio dos preços, do emprego, da arrecadação e da necessidade de ampliar investimentos públicos.

Talvez seja hora de abandonar definitivamente a ideia de que precisamos preservar o planeta apenas para as próximas gerações. É necessário preservá-lo porque o mundo já está vivendo as consequências da degradação ambiental.

A preocupação climática não está antecipada. Está atrasada. O futuro não está batendo à porta. Ele já entrou.

OPINIÃO DO LEITOR

Tempo em Brasília

O clima em Brasília vai continuar quente durante o dia e esfriando à noite. O efeito acontece por causa de uma massa de ar seco que faz o tempo mais frio.

José Ribamar Pinheiro Filho, Brasília - Distrito Federal

Contribuições por e-mail: endereço@correiodamanha.net.br

Correio da Manhã

FUNDADO EM 15 DE JUNHO DE 1901

Edmundo Bittencourt(1901-1929) | Paulo Bittencourt(1929-1963) | Niomar Moniz Sodré Bittencourt(1963-1969)

www.cm.com.br

Publisher

CLÁUDIO MAGNAVITA

redacao@correiodamanha.com.br

REDAÇÃO

Affonso Nunes (editor #cm 2) Gabriela Gallo, Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

EDITORIA DE ARTE

Coordenação: José Adilson Nunes (projeto gráfico); Diagramação: Anderson Sá, Ricardo Gomes (projeto gráfico) e Thiago Ladeira - Marcos Lima (Gestor de TI)

TELEFONES

(21) 2042 2955 Whatsapp: (21) 97948-0452 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

RIO DE JANEIRO

Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520 Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

BRASÍLIA

ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes Brasília - DF CEP 71736-20

SÃO PAULO

Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP, - CEP 05001-200 Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13010-132

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal



DIOGO ZACARIAS

Haddad chegou a classificar abordagem como “fora do padrão”

Câmeras de segurança contradizem relato de motorista de Haddad

Novas imagens obtidas pela Polícia Militar não registram abordagem de policiais ao motorista de Fernando Haddad (PT), segundo fontes da corporação. As gravações mostram o Ford Fusion chegando ao ponto indicado pelo próprio motorista como local da suposta abordagem e permanecendo parado por cerca de 28 minutos. Uma viatura passa pela região posteriormente, mas não para, não há desembarque de agentes nem contato com o condutor. A investigação identificou divergências no relato inicial do motorista com as imagens das câmeras. Cerca de 70 câmeras privadas já foram analisadas ao longo do trajeto informado. Até agora, segundo a PM, os registros não mostram perseguição, abordagem ou interação entre policiais e o motorista. Haddad afirmou que, depois de deixá-lo em casa na noite de 11 de agosto, seu motorista foi seguido de forma ostensiva e intimidatória por uma viatura da PM. A apuração continua.

Ratinho perde recurso contra Erika Hilton

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) negou recurso do SBT e manteve a decisão que obriga o Programa do Ratinho a exibir direito de resposta da deputada federal Erika Hilton (PSOL-SP). A manifestação deverá ir ao ar no mesmo programa, horário e com destaque equivalente ao das declarações que motivaram a ação. A emissora terá dez dias para cumprir a determinação. Em caso de descumprimento, será aplicada multa de R\$ 50 mil por dia. A decisão ainda reforça a obrigação de cumprimento da medida dentro do prazo estabelecido.

REPRODUÇÃO SBT E DIVULGAÇÃO/CÂMARA DOS DEPUTADOS



SBT terá dez dias para cumprir a determinação

Procuradoria pede indeferimento de candidatura

A Procuradoria Regional Eleitoral de São Paulo pediu o indeferimento do registro de Ney Santos (Republicanos-SP), ex-prefeito de Embu das Artes e candidato a deputado federal. Segundo o procurador Paulo Taubemblatt, há “extenso histórico criminal” e suspeitas de ligação com o PCC. A PRE cita condenação por abuso de poder econômico nas eleições de 2016, além de ações por organização criminosa, lavagem de dinheiro, tráfico de drogas e crimes econômicos. O MPF aponta documentação incompleta. O caso será analisado no TRE-SP.

Lei do Papel Higiênico

O deputado federal Celso Russomanno (Republicanos-SP) apresentou na Câmara o Projeto de Lei 5.082/2026, que obriga papéis higiênicos fabricados, importados ou vendidos no Brasil a se dispersarem rapidamente em contato com a água. A proposta prevê desagregação inicial em até 30 segundos, proíbe microplásticos e fibras sintéticas persistentes e dá 360 dias para adaptação das empresas.

Candidatos ao Governo

Sete candidatos foram registrados no sistema do TSE para concorrer ao Governo de São Paulo em 2026. Tarcísio de Freitas (Republicanos) e Fernando Haddad (PT) estão polarizando a disputa, segundo as pesquisas recentes. Também concorrem Carlos Machado (PCB), Izadora Dias (PCO), Policial Edjane (Agir), Vera Lúcia (PSTU) e Vivian Mendes (UP).

Bolsonaro de Vice

Chama a atenção na disputa ao Governo de SP a chapa do partido AGIR. A candidata a governadora é a policial militar, Edjane Lima, ex-PL. Ela disputou o cargo de vereadora em 2020 na cidade de Poá em 2024 e está como suplente. E a candidata a vice-governadora é Renata Bolsonaro. Ela disputou o cargo de vereadora em 2024, mas não foi eleita.

Direito de Resposta

O candidato a deputado federal pelo partido Rede Sustentabilidade, Thiago Ávila, acionou a Justiça Eleitoral para exigir direito de resposta contra vídeos postados nas redes sociais por integrantes da comunidade judaica em São Paulo, chamando o de “jihadista” (extremista do islamismo) e amigo de grupos terroristas. A Justiça ainda não decidiu sobre o caso.

Ricardo Salles

O Ministério Público Eleitoral retirou a impugnação e autorizou o registro de Ricardo Salles (Novo) como candidato ao Senado por São Paulo. O órgão havia contestado a candidatura por falta de documentos sobre processos judiciais. Após a defesa apresentar as certidões, a Procuradoria considerou a situação regularizada.

Guilherme Derrite

O TRE-SP condenou, por unanimidade, o deputado federal e candidato ao Senado Guilherme Derrite (PP) a pagar R\$ 5 mil por propaganda eleitoral antecipada. A Corte determinou ainda a remoção da publicação das redes sociais, sob pena de multa diária. A ação foi proposta pela Federação Brasil da Esperança (PT, PCdoB e PV). Cabe recurso.

Imóvel em Guarulhos

O governo de São Paulo transferiu à Secretaria da Segurança Pública a administração de um terreno de 5.492,60 m², em Guarulhos. Localizado no Parque Cecap, o imóvel será destinado à instalação de uma unidade da Polícia Militar. A medida foi publicada em decreto assinado pelo governador Tarcísio de Freitas no dia 14 de agosto.



Presidente do TRE, José Antonio Encinas Manfré em entrevista à TV Alesp

TRE-SP reforça fiscalização sobre uso de IA nas eleições

Presidente do tribunal diz que Justiça Eleitoral está pronta para coibir abusos

Da Redação

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP), desembargador José Antonio Encinas Manfré, afirmou que a Justiça Eleitoral está preparada para garantir segurança, transparência e esclarecimento do eleitorado durante as eleições. Em entrevista à TV Alesp, o magistrado destacou entre as prioridades do tribunal o acompanhamento do uso de ferramentas tecnológicas, especialmente a inteligência artificial (IA), nas campanhas.

Segundo Encinas Manfré, a IA já é utilizada pelo próprio tribunal em atividades administrativas, como no suporte à prestação de contas e ao registro de candidaturas. Ele ressaltou, porém, que a utilização da tecnologia durante a campanha exige atenção para evitar que informações falsas ou distorcidas prejudiquem o esclarecimento dos eleitores.

“Ela é permitida, ela é um avanço para a sociedade, do conhecimento geral, mas nós nos atentamos para que não só por meio dela, mas de outras formas também de veiculação, de propaganda, possa o esclarecimento vir a ser comprometido. Estamos atentos”, declarou.

O presidente do TRE-SP afirmou que a Corte dispõe de estrutura para receber denún-

cias e fiscalizar eventuais irregularidades na propaganda eleitoral. Segundo ele, os canais oficiais da Justiça Eleitoral estão disponíveis para que eleitores e candidatos acionem o tribunal diante de situações em que se sintam prejudicados. “O tribunal está preparado e coloca à disposição da sociedade mecanismos nos seus sites para que qualquer pessoa ou candidato que se sinta atingido recorra à Justiça Eleitoral. Em matéria jurisdicional, que é o fundamental, as representações e a comissão de fiscalização de propaganda já estão atuando para prestarmos mais uma vez o melhor serviço à sociedade”-disse.

A preocupação com o uso da inteligência artificial ocorre em momento das ferramentas capazes de produzir e alterar imagens, vídeos, áudios e textos. O desembargador não comentou casos específicos de uso de IA no período de pré-campanha.

Para a Justiça Eleitoral, a fiscalização da propaganda e a possibilidade de acionamento do tribunal são instrumentos para preservar a informação que chega ao eleitor durante a campanha. Manfré destacou a importância da participação dos eleitores no processo eleitoral e que a estrutura da Justiça permitirá que os cidadãos exerçam o direito de voto com segurança.



Levantamento foi apresentado na Câmara Municipal de SP

Pesquisa mapeia viagens de bike e discute mobilidade em São Paulo

A Câmara Municipal de São Paulo sediou, na quinta-feira (13), um evento sobre mobilidade urbana que apresentou dados atualizados sobre as viagens de bicicleta na capital. O levantamento foi apresentado pela Associação dos Ciclistas Urbanos de São Paulo durante encontro que também discutiu o deslocamento de pedestres. A atividade abordou medidas para ampliar a participação da bicicleta no sistema de mobilidade da cidade. Entre os objetivos debatidos está o cumprimento da meta de alcançar 4% das viagens realizadas por bicicleta até 2030. O percentual consta do Panclima (Plano de Ação Climática do Município de São Paulo). O encontro foi realizado com apoio da vereadora Renata Falzoni (PSB) e reuniu representantes ligados ao tema da mobilidade urbana. Números do fluxo de pedestres também foram discutidos.

Câmara sedia cursinho preparatório gratuito

Professores das redes municipal e estadual participaram neste sábado (15) de um curso preparatório gratuito para a Prova Nacional Docente (PND), realizado no Plenário da Câmara Municipal de São Paulo. A atividade foi organizada pelo coletivo Educação em Primeiro Lugar, por iniciativa do vereador Celso Giannazi (PSOL). O encontro teve como foco a preparação de profissionais da educação para a avaliação nacional. Os participantes acompanharam uma aula sobre letramento literário e formação de leitores.



Prova é destinada a quem quer participar de processos seletivos

Encontro da Frente Parlamentar da Capoeira

A Frente Parlamentar em Prol da Capoeira da Câmara Municipal de São Paulo reuniu-se, nesta quinta-feira (13/08), para discutir políticas públicas voltadas à valorização da prática na capital paulista. O encontro contou com a presença de parlamentares, mestres da modalidade, produtores culturais e representantes da comunidade. O foco central do debate foi a implementação de um projeto piloto para a introdução da capoeira na rede municipal de ensino, além da ampliação de editais de fomento pelas secretarias de Cultura e Esportes.

Mecanismos para suporte estatal à prática

O colegiado busca mecanismos para assegurar suporte estatal à prática, reconhecida como patrimônio cultural. Segundo os participantes, a inserção da capoeira nas escolas não visa apenas o ensino da luta, mas também trabalhar aspectos como história, disciplina, respeito e cidadania. O vereador Eliseu Gabriel (PSB), proponente da Frente, destacou a necessidade de transformar a iniciativa em política de Estado.

Circuito Spcine I

O Circuito Spcine teve uma programação especial de filmes e documentários neste domingo (16), como parte do Festival do Patrimônio de São Paulo. As sessões foram realizadas gratuitamente na Biblioteca Roberto Santos, no CC Cine Olido e na Sala Paulo Emílio, do Centro Cultural SP. As sessões abordaram temas como memória.

Circuito Spcine II

A programação inclui os documentários “Estou aqui: vidas negras na cidade de São Paulo” e “Perus ontem e hoje: a periferia é o centro”, do projeto História Oral em Tela, do Museu da Cidade de São Paulo. Também serão exibidos os filmes “Cine Marrocos”, “Diz a Ela que Me Viu Chorar” e “Era o Hotel Cambridge”. A entrada é gratuita.

Mulheres transformam I

A Câmara de SP realizou a cerimônia “Mulheres que Transformam”, que homenageou mais de 70 mulheres por trabalhos desenvolvidos em benefício da sociedade. O evento contou com o apoio do vereador Carlos Bezerra Jr. (PSD). A iniciativa teve como objetivo reconhecer profissionais que atuam em diferentes áreas com ações sociais.

Mulheres Transformam II

Durante a cerimônia, também foram destacadas trajetórias relacionadas à participação feminina e à atuação em projetos voltados à sociedade. A solenidade foi realizada na sede do Legislativo paulistano e integrou a programação de eventos da Câmara. Segundo a organização, a homenagem buscou dar visibilidade às contribuições.

Obras recuperadas I

Oito gravuras do artista francês Henri Matisse, levadas durante um assalto à Biblioteca Mário de Andrade no final de 2025, foram encontradas nesta quinta-feira (13) em São Bernardo. Elas são parte de um acervo avaliado em R\$ 1 milhão, desaparecido desde o crime, em dezembro do ano passado. Cinco obras de Candido Portinari seguem desaparecidas.

Obras recuperadas II

Investigações apontaram Laéssio Rodrigues de Oliveira como mentor intelectual por trás do planejamento. O grupo envolvido no assalto também incluía outros comparsas que já foram detidos. As peças integravam uma exposição especial na biblioteca. Especialistas destacaram a importância histórica e cultural do que foi recuperado.



Sede principal da Prefeitura de São Paulo, no centro da capital

Justiça bloqueia R\$ 1 bi por suspeita na luz da capital

Decisão atinge agentes públicos e empresas sob investigação por fraude

Da **Redação**

A Justiça de São Paulo determinou o bloqueio de até R\$ 1,026 bilhão em bens de agentes públicos e empresas investigados por suspeitas de irregularidades na parceria público-privada (PPP) responsável pela iluminação pública da capital. A decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) atende parcialmente a um pedido do Ministério Público de São Paulo (MP-SP).

Segundo a ação, o bloqueio busca garantir ressarcimento aos cofres públicos e o pagamento de multa, caso as acusações sejam confirmadas. O Ministério Público estima em R\$ 513,3 milhões o possível prejuízo causado ao município. Valor igual corresponde à multa solicitada na ação.

As suspeitas estão relacionadas à licitação para definir a empresa responsável pela modernização, manutenção e operação da iluminação pública. O contrato foi firmado em 2018, com valor inicial de cerca de R\$ 6,9 bilhões. A investigação questiona a condução do processo e aponta possíveis favorecimentos a empresas que participaram da disputa.

O Ministério Público também contesta alterações feitas posteriormente no contrato. Uma delas acrescentou servi-

ços relacionados à rede semafórica da cidade, ampliando o escopo da parceria sem uma nova licitação. Para a Promotoria, a mudança teve impacto financeiro e deve ser analisada junto às demais suspeitas apresentadas no processo.

A ação envolve agentes públicos que participaram de etapas da contratação e empresas relacionadas à parceria. Os nomes dos investigados não são citados nesta reportagem. A decisão não representa uma conclusão definitiva sobre a responsabilidade dos envolvidos, que ainda poderão apresentar defesa e recorrer das medidas determinadas pela Justiça.

Além do bloqueio patrimonial, o MP pediu a anulação do contrato e o afastamento de integrante da administração pública ligado à fiscalização da parceria. Parte dos pedidos não foi acolhida pelo tribunal neste momento.

A Prefeitura de SP e a estrutura municipal responsável pela regulação do serviço sustentam que o contrato é acompanhado e fiscalizado. As administrações envolvidas afirmam que as obrigações previstas na parceria continuam sendo cumpridas e colaboram com as apurações. Com a ação, os bens atingidos ficam indisponíveis até nova decisão judicial.



Vini seria acusado de ter citado práticas sexuais de colega

Vini não se defende; investigação sobre Bene segue em curso

O vereador Vini Oliveira (Cidadania-SP) deixou transcorrer o prazo para apresentar defesa na investigação conduzida pela Corregedoria da Câmara de Campinas por suposta infração ao Código de Ética Parlamentar, em relação a uma suposta citação desonrosa sobre o também vereador Bene Lima (PL-SP). Com isso, o processo entra na fase de elaboração do relatório conclusivo, que será produzido pelo corregedor Carlinhos Camelô (PSB-SP). O documento poderá recomendar o arquivamento, sugerir providências ou indicar ao plenário a aplicação de medida disciplinar. A ausência de manifestação não encerra o caso nem representa reconhecimento de culpa, mas permite o prosseguimento da apuração sem defesa nesta etapa. O relatório será encaminhado à Presidência da Câmara para as medidas previstas no regimento.

Teor do caso

A investigação teve início após representação apresentada por Lima, que teria sido citado em um vídeo com teores de caráter sexual, contrariando as normas de conduta e respeito institucional previstas no Código de Ética da Câmara. Vini foi notificado pessoalmente em 16 de junho e recebeu prazo de 15 dias úteis para apresentar defesa. A contagem foi interrompida no recesso parlamentar de julho, retomada em 3 de agosto e encerrada em 7 de agosto.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS



Representação contra Vini foi feita por Bene Lima (PL-SP)

Próximos passos

Com o encerramento do prazo, a Corregedoria declarou a revelia administrativa, instrumento que permite a continuidade da investigação mesmo sem a defesa do parlamentar. Ao concluir a análise, o relatório poderá indicar o arquivamento do caso, recomendar providências ou apontar eventual descumprimento do Código de Ética. Entre as sanções previstas, advertência por escrito, suspensão do uso da palavra nas sessões e suspensão temporária do mandato por até 90 dias, com perda da remuneração.

Processo paralelo

O procedimento da Corregedoria é independente da Comissão Processante (CP) que também investiga Vini Oliveira. Os dois casos possuem fundamentos e consequências distintas. Enquanto a CP pode resultar na cassação do mandato, a investigação ética se limita às penalidades previstas no Código de Ética. A CP segue, depois de decidir não usar os vídeos enviados pela imprensa ao Legislativo.

PINGA-FOGO

Grito dos Invisíveis 2026

Um debate sobre políticas públicas para pessoas em situação de rua será realizado na sexta-feira (21), às 15h, na Casa da Cidadania, em Campinas. A atividade integra a programação do Grito dos Invisíveis 2026, promovido pelo Instituto Há Esperança e reunirá coordenadores de serviços da Prefeitura nas áreas de Educação, Emprego e Moradia.

Situação de Rua

A discussão antecede a segunda edição do Dia Nacional de Luta da Pessoa em Situação de Rua, marcada para sábado (22). Campinas tem cerca de 4 mil indivíduos nesta condição, sendo a 9ª cidade brasileira com maior contingente. O cenário será discutido durante a atividade, que pretende reunir representantes do poder público.

Casa da Cidadania

No sábado, a partir das 9h, a Casa da Cidadania fará atividades abertas ao público. A programação inclui apresentações musicais e esportivas, atendimento jurídico com advogados voluntários, consultas médicas e psicológicas, sessões de massoterapia e atendimento odontológico. Também haverá Varal Solidário.

Serviços

Haverá ainda serviços de barbeiro e cabeleireiro, orientação profissional e oportunidades de emprego. A programação será realizada na própria Casa da Cidadania, na Rua Francisco Teodoro, 138, na Vila Industrial. A iniciativa está relacionada ao Dia Nacional de Luta da Pessoa em Situação de Rua, celebrado em 19 de agosto.

Massacre da Praça da Sé

A data remete ao Massacre da Praça da Sé, ocorrido em 2004, e marca a mobilização pela defesa dos direitos dessa população. O evento também terá praça de alimentação, com churrasco. Para o organizador Robson Gondin, a ação busca ampliar a visibilidade e o respeito aos direitos das pessoas em situação de rua.

Acesso a direitos

As discussões sobre o tema incluem ações intersetoriais e políticas voltadas a educação, trabalho, moradia e atendimento social. A programação também busca aproximar a população dos serviços públicos, ampliando o acesso sobre direitos, oportunidades de trabalho e atendimento social em Campinas.



Mais de 70% das infrações envolvem corredores de ônibus

Duas avenidas somam quase 60% das infrações de trânsito

Dados são referentes a flagrantes por videomonitoramento da Emdec

Da Redação

Quase 60% das infrações de trânsito registradas pelas câmeras de fiscalização remota da Emdec (autarquia municipal responsável pelo trânsito de Campinas) entre janeiro e julho de 2026 ocorreram nas avenidas Dr. Moraes Salles e das Amoreiras. Juntas, as duas vias concentraram 10,6 mil das 18,1 mil autuações emitidas por agentes da mobilidade urbana, popularmente conhecidos como ‘amarelinhos’.

A Moraes Salles lidera o ranking, com 7,8 mil registros, seguida pela Amoreiras, com 2,8 mil. Na sequência, aparecem Benjamin Constant, com 1,8 mil, João Jorge, com 1,4 mil, e José Amgarten, com 1,1 mil ocorrências.

O cruzamento da Moraes Salles com a rua Irmã Serafina é o ponto com maior número de infrações, somando 7,7 mil flagrantes no período.

A via possui quatro câmeras de fiscalização, além de um equipamento instalado na Francisco Glicério, no cruzamento com a avenida.

Segundo a Emdec, a irregularidade mais frequente no local é a transposição proibida de pista, que gera conflitos com veículos que trafegam corretamente e afeta um tre-

cho de circulação intensa de ônibus. No corredor da Amoreiras, as câmeras instaladas próximas às estações do BRT registram principalmente invasões da faixa exclusiva por veículos de passeio. Em um dos casos, o motorista deixa a faixa apenas ao perceber a aproximação do ônibus e, ao retornar à pista comum, provoca conflito com os demais veículos. As duas infrações mais recorrentes representam mais de 70% das autuações feitas por fiscalização remota. Foram 7,7 mil registros por transposição irregular de pista e 5 mil por uso indevido dos corredores exclusivos de ônibus. Também aparecem estacionamento irregular, conversão à esquerda, retorno proibido, avanço de sinal vermelho, uso irregular de vaga rápida, estacionamento sobre calçada, estacionamento em ponto de táxi e licenciamento vencido. Os equipamentos estão instalados em locais com registros de sinistros e irregularidades. Segundo a Emdec, a fiscalização busca ampliar o alcance dos agentes e reduzir conflitos no trânsito. As ocorrências se distribuem de forma equilibrada pelos dias da semana, mas há concentração entre 15h e 17h, período que registrou mais de 8,8 mil infrações.

Pesquisadores da Unicamp debatem IA e soberania digital com Lula e Alckmin

RICARDO STUCKERT/PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Docentes do Instituto de Computação integraram comitiva de especialistas em Brasília

Por **Moara Semeghini**

Os pesquisadores Anderson Rocha, coordenador do Recod.ai, considerado um dos maiores laboratórios de Inteligência Artificial da América Latina; e Edson Borin, coordenador de linha de pesquisa do Hub de IA e Arquiteturas Cognitivas (H.IAAC), ambos do Instituto de Computação da Unicamp, participaram de uma reunião no Palácio do Planalto na última terça-feira (11) com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O objetivo do encontro foi debater diretrizes nacionais para o avanço da inteligência artificial (IA) e a consolidação da soberania digital no Brasil.

O encontro reuniu o vice-presidente Geraldo Alckmin, a ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, a ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, além de especialistas e representantes do setor privado. A pauta principal foi o desenvolvimento de uma infraestrutura própria de dados e segurança tecnológica



Anderson Rocha e Edson Borin com Lula, Geraldo Alckmin, ministras e especialistas

no país, momento em que Lula destacou que a reunião marca o início definitivo da inserção do Brasil na era da inteligência artificial.

Reconhecidos internacionalmente na área, os docentes da Unicamp defenderam que o Brasil precisa deixar de ser mero consumidor de tecnologias estrangeiras para construir soluções alinhadas às suas próprias demandas, tratando a inteligência artificial não apenas como ferramenta, mas como recurso estratégico de desenvolvimento nacional. Os participantes defenderam que o Brasil estabeleça diretrizes próprias de infraestrutura, processa-

mento de dados e segurança da informação. A proposta central é reduzir a dependência de tecnologias estrangeiras, posicionando o país como desenvolvedor de soluções alinhadas aos seus próprios interesses estratégicos, em vez de mero consumidor de plataformas internacionais. A meta estabelecida não é rivalizar diretamente com potências como Estados Unidos e China, mas construir autonomia tecnológica direcionada às demandas locais.

Outro ponto destacado no encontro foi a visão da IA não apenas como um instrumento operacional, mas como um vetor estratégico para o desenvol-

vimento socioeconômico. Nesse sentido, defendeu-se a retenção e o processamento de dados em território nacional, viabilizando o compartilhamento seguro de informações com o setor público para integração entre os ministérios. Sobre o ponto, o presidente Lula ressaltou a importância da gestão do conhecimento: “Quem tem mais inteligência vira mais dono do pedaço do que o Estado que é dono de tudo”, afirmou.

No campo da infraestrutura, o vice-presidente Geraldo Alckmin destacou que o país possui vantagens competitivas decisivas para abrigar ecossistemas de alta tecnologia. “O grande

limitador da IA no mundo é a falta de energia e o Brasil tem energia abundante, renovável, energia limpa, além de terras raras, um insumo fundamental”, lembrou Alckmin.

Apesar da matriz energética favorável, Lula ponderou sobre a necessidade de expandir os aportes financeiros em pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico e inovação. Ao avaliar o impacto do debate, o presidente sinalizou a prioridade do tema na agenda governamental. “Esta reunião de hoje que vocês participaram é o começo definitivo de que nós vamos entrar na era da IA, não tem mais volta”, concluiu.

Fake news antivacina impulsionam sarampo; Campinas realiza Dia D

Por **Moara Semeghini**

A disseminação de fake news e a ofensiva política contra a imunização cobram um preço direto e perigoso da saúde pública mundial. O retrocesso na cobertura vacinal desencadeou nos Estados Unidos o maior surto de sarampo em 35 anos, cenário que facilita a importação do vírus para o Brasil.

A crise internacional se agravou após o governo dos EUA anunciar alterações no calendário de vacinação infantil e o adiamento de doses históricas. A Organização Mundial da

Saúde (OMS) manifestou preocupação, alertando que a flexibilização dessas regras não tem base científica e pode deixar milhões de crianças desprotegidas. A resistência e os discursos contra as vacinas não são exclusividade do exterior. No Brasil, a propagação de boatos também faz com que pessoas deixem de se vacinar ou falem mal dos imunizantes, abrindo brechas para o retorno de doenças erradicadas. O impacto da baixa adesão e dos esquemas vacinais incompletos já se reflete nos dados estaduais. O Estado de São Paulo confirma



ROGÉRIO CAPELA/PREFEITURA DE CAMPINAS

A vacinação é a única forma de prevenção para evitar surtos e epidemias

23 casos de sarampo em 2026, com 20 casos na capital paulista, dois em São Bernardo do Campo e um Guarulhos.

Segundo as autoridades de saúde, a maioria dos pacientes infectados não tinha histórico de vacinação ou apresentava

o esquema incompleto, em registros associados a casos importados do vírus. Diante do avanço da doença, o Ministério da Saúde determinou a ampliação da vacinação para todas as pessoas de 6 meses a 59 anos nessas três localidades, inde-

pendentemente do histórico vacinal.

Campinas não registra casos de sarampo desde 2021 e não adota a vacinação indiscriminada.

DIA D DE MULTIVACINAÇÃO

Para barrar o avanço do vírus, Campinas promove no próximo sábado, 22 de agosto, o “Dia D” da Campanha de Multivacinação, voltado a crianças e adolescentes de 6 meses até 14 anos. A mobilização também inclui a segunda dose de reforço da vacina inativada contra a poliomielite (VIP), aplicada aos 4 anos de idade. Crianças de 5 e 6 anos com doses pendentes também podem se atualizar temporariamente. O Brasil não registra casos de pólio desde 1989, mas a vacinação permanece essencial para evitar o retorno da paralisia infantil.

CORREIO
GRANDE CAMPINAS

ARQUIVO PESSOAL/AUGUSTO CÉSAR SILVA SANTOS GANDOLFO



Parlamentares apontam riscos na via para pedestres e motoristas

Rod. Miguel Melhado volta a ser assunto na Câmara de Vinhedo

O edil Paulinho Palmeira (PSD) apresentou a Moção nº 1454/2026, que faz apelo ao Departamento de Estradas de Rodagem (DER) para que adote ações para implantar sinalização e outros dispositivos de segurança viária na Rodovia Miguel Melhado Campos, nas proximidades da Rua José de Rezende Meirelles, no acesso ao bairro Santa Cândida. A moção foi aprovada por unanimidade e a justificativa é a de que neste trecho ainda são realizadas conversões irregulares por alguns condutores. A prática representa risco de acidentes e compromete a segurança de motoristas, motociclistas, ciclistas e pedestres que circulam pela região. “A adoção de medidas de engenharia de tráfego e de sinalização contribuirá para coibir manobras irregulares, proporcionar maior segurança ao trânsito”, destaca Paulinho Palmeira.

Americana exhibe documentário sobre o lixo

O documentário “À Margem do Lixo”, dirigido por Evaldo Mocarzel, será exibido nesta segunda-feira (17), às 19h30, na Sessão Pontos MIS, no Museu de Arte Contemporânea. da cidade. A entrada é franca e a classificação indicativa para 14 anos. O MAC fica na Av. Brasil, 1293, no Jd. São Paulo. O documentário acompanha o cotidiano dos catadores de materiais recicláveis em São Paulo, capital, e apresenta o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), ressaltando a influência do grupo para a proteção ambiental.

PREFEITURA DE AMERICANA



Sessão Pontos MIS, exibição de documentário no MAC

Formatura de jovens do Programa Abrindo Portas

A Sociedade Beneficente São Judas Tadeu, em parceria com o Poder Público de Sumaré, realizará no próximo dia 27/8, às 14h, a formatura da 6ª turma do Programa Abrindo Portas. A cerimônia será realizada na sede da entidade, no bairro São Judas Tadeu. Iniciado em março deste ano, o programa capacitou 106 alunos, moradores das regiões do Matão, Maria Antônia, Centro e Nova Veneza. A iniciativa oferece formação voltada à preparação de jovens a partir os desenvolvimento de competências profissionais e pessoais.

Semáforos com luz de LED reforçam a segurança

Três equipamentos semafóricos com luz de LED localizados no cruzamento com a Joaquim Alves Corrêa em Valinhos já estão em estão em pleno funcionamento. Agora, o semáforo fica com o poste todo iluminado pela luz de LED, melhorando a visibilidade do equipamento mesmo a longa distância. Para os motoristas, ajuda a manter a previsibilidade evitando frenagens súbitas e avanço do sinal vermelho.

Projeto Guri I

O Projeto Guri está com inscrições abertas em Indaiatuba. As matrículas devem ser realizadas presencialmente no Centro Cultural Wanderley Peres, que fica na na Praça Dom Pedro II, no Centro. Voltado a crianças, adolescentes e jovens de 6 a 18 anos, oferece cursos gratuitos de música. Em alguns polos estão disponíveis atividades para adultos.

Projeto Guri II

A realização da matrícula é presencial, após verificação de disponibilidade de vagas. O interessado deve apresentar RG ou certidão de nascimento, comprovante de matrícula escolar; RG do responsável, original e cópia; Foto 3x4 recente e comprovante de residência.

Castração gratuita 1

Paulínia abre, nesta segunda-feira, (17), 250 vagas para a castração gratuita de cães e gatos. Os interessados podem fazer a inscrição de forma on-line pelo site paulinia.sp.gov.br/castracao2026 (cujo acesso somente será liberado no dia 17, às 8h) ou presencialmente, na Secretaria do Meio Ambiente, de seg. à sex., das 8h30 às 11h30/das 14h às 16h.

Castração gratuita II

A castração ocorrerá na EMEF José Dalmo F. B. de Mattos, Morro Alto, em 22 de agosto, das 7h às 18h e, após o cadastramento, é preciso ficar atento às orientações via e-mail. Cães de focinho curto ou achatado (pug, bulldogue, boxer, lhasa apso e shih-tzu) e raças mais sensíveis (yorkshire, maltês, spitz alemão, pinscher e chihuahua) não serão atendidos.

Bombeiros voluntários I

Os bombeiros voluntários de Holambra estão com inscrições abertas para moradores interessados em integrar a corporação e contribuir voluntariamente com ações de atendimento e apoio à comunidade. A inscrição será realizada presencialmente nesta segunda (17/8), a partir das 18h, na Base dos Bombeiros, na Av. da Rota dos Imigrantes, s/nº.

Bombeiros voluntários II

Para participar, é necessário residir na cidade, ter mais de 18 anos e preencher pessoalmente a ficha de inscrição na data e local indicados. Os candidatos deverão ainda ser aprovados em exames médicos, físicos e psicológicos e concluir o treinamento de formação. Voluntários devem ter disponibilidade para atuar em ocorrências em diferentes horários.



Magistrado manteve ressarcimento ao erário, multa e perda da função pública

Justiça mantém condenação a ex-servidor de Hortolândia

Funcionário Público usou atestados de saúde falsos para justificar suas faltas

Da Redação

A 10ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo manteve, em parte, a sentença da 2ª Vara Cível de Hortolândia que condenou ex-servidor público por improbidade administrativa.

A decisão determinou o ressarcimento de R\$ 475,88 ao erário, o pagamento de multa civil equivalente ao valor do dano e a perda da função pública que eventualmente ocupe.

Segundo os autos, o réu exercia o cargo de assistente administrativo e apresentou atestados médicos falsos para justificar faltas ao trabalho e, assim, evitar os descontos em sua remuneração.

FALSIDADE

A falsidade foi constatada por uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA), que informou a inexistência de atendimento ao servidor nas datas mencionadas.

O relator do recurso, o desembargador Torres de Carvalho, destacou que a responsabilidade civil é independente da criminal e, assim sendo, apesar de o funcionário público pode responder ainda pelo ato de improbidade administrativa,

mesmo que o acréscimo patrimonial tenha sido irrelevante.

SOBRE O VALOR DO DANO

“O réu, por considerar que o valor apontado para o dano (R\$ 475,88) é ínfimo, de modo a não configurar enriquecimento ilícito em sentido jurídico, representando acréscimo patrimonial irrelevante, afirma que meras ilegalidades e faltas funcionais não configuram ato de improbidade, devendo ser afastada a aplicação da LIA”, escreveu Torres de Carvalho.

E complementou: “De fato, nem toda irregularidade implica improbidade administrativa; mas não é correto afirmar, como querem alguns, que a improbidade esteja ligada sempre ao dolo, ao enriquecimento ilícito ou à lesão ao erário. Basta a consciência da ilicitude; pois o cumprimento da lei é regra básica da administração e seu descumprimento acompanha a dolorosa história da administração brasileira e a lamentável cultura que tomou corpo no trato da coisa pública”,

Completoaram ainda a turma de julgamento, de votação unânime, os desembargadores Paulo Galizia e Marcelo Semer.

CORREIO

DAS REGIÕES

RENATO BRESSAN/PREFEITURA DE ARARAQUARA



Vereadores cobram transparência sobre recursos e da organização

Festival Araraquara Rock 2026 vira alvo de fiscalização oficial

A edição de 2026 do Araraquara Rock entrou na mira de vereadores de Araraquara, que protocolaram requerimento pedindo explicações à Prefeitura sobre a captação e o uso de recursos no festival. O grupo quer saber quanto foi arrecadado, se houve participação da iniciativa privada, quais empresas apoiaram e como os valores foram aplicados. Também solicita a discriminação de despesas, fornecedores e beneficiários, além de questionar eventual intermediação de pessoas físicas na gestão dos recursos. Outro ponto é o papel da Fundart na captação, com base na legislação municipal vigente. Por fim, pedem esclarecimentos sobre apoios citados e sobre a curadoria, incluindo responsáveis, critérios de escolha e valores pagos, com o objetivo de garantir transparência e a correta aplicação dos recursos.

MP cobra cumprimento de leis contra violência

O Ministério Público requisitou à Prefeitura de São José do Rio Preto informações sobre o cumprimento de leis que determinam a divulgação de campanhas de prevenção à violência contra a mulher em cinemas, shows e eventos culturais. O objetivo é verificar a efetividade das normas e as medidas adotadas pelo poder público. O promotor também pediu dados sobre fiscalização e eventos realizados. A iniciativa busca garantir a aplicação das leis e ampliar o acesso da população a informações de prevenção, canais de denúncia e proteção.

DIVULGAÇÃO MPSP



Promotoria quer garantir campanhas em eventos e cinemas

Justiça garante água e luz a vítima de violência

A Defensoria Pública garantiu a manutenção de água e energia para uma mulher vítima de violência doméstica e sua filha em Piracicaba. A Justiça determinou que as concessionárias não interrompam os serviços e façam a transferência da titularidade das contas, após tentativa do ex-companheiro de solicitar o corte. A decisão integra medidas protetivas e assegura condições dignas de moradia, reconhecendo também a violência patrimonial. A medida reforça a efetividade da Lei Maria da Penha.

MP investiga creche clandestina e riscos a crianças

A Promotoria da Infância e Juventude de Ribeirão Preto instaurou inquérito para apurar o funcionamento de uma creche clandestina. O MP pediu informações à Prefeitura e determinou vistoria sanitária, além de exigir documentos das responsáveis. O caso envolve ausência de licenças e possíveis riscos às crianças atendidas. O objetivo é verificar a regularidade e garantir a proteção dos menores.

Aumento no IPTU

O vereador Laércio Trevisan Jr. criticou o aumento do IPTU em Piracicaba e relacionou a cobrança à falta de melhorias na cidade. Ele apontou problemas em ruas e na sinalização e afirmou que a atualização do valor venal pode pesar no bolso da população, enquanto demandas seguem sem solução, especialmente em bairros com alto fluxo de veículos.

Passarela dos Lopes

Após décadas de reivindicação, a construção da passarela no Bairro dos Lopes, em Limeira, finalmente começou. A obra foi confirmada por vereadores da Comissão de Obras durante fiscalização no local. Considerada pauta histórica, a demanda surgiu há cerca de 38 anos. Moradores comemoram o início da construção, que deve garantir mais segurança na travessia.

Altera golpe em Boituva

Prefeitura de Boituva alerta sobre e-mails falsos que simulam cobrança de taxas para abertura de CNPJ. As mensagens indicam débitos e direcionam para pagamentos via PIX ou links externos. O município reforça que notificações são presenciais e orienta a não clicar em links nem realizar pagamentos. Em caso de dúvida, procure o setor de tributos.

Vazamento de esgoto

Os vereadores Prof. Leandro Amicci e Valmir Giacomazzi pedem estudo para ampliar o atendimento a vazamentos de água e esgoto em Tietê. A proposta solicita análise sobre reforço do SAMAE, diante de queixas de demora. O objetivo é reduzir prazos, evitar desperdícios e melhorar a eficiência dos serviços.

Projetos de inclusão

Projetos voltados a eventos e inclusão marcaram sessão da Câmara de Sorocaba. Entre os destaques, proposta aprovada reserva 1% dos ingressos de eventos realizados ou apoiados pelo município para inscritos no CadÚnico. Também avançaram matérias sobre sanitários para pessoas os-tomizadas, segurança nas escolas e conscientização cidadã.

Parquímetros de Bauru

A Emdurb avalia reduzir a quantidade de parquímetros em Bauru, mas defende a manutenção de um número mínimo de máquinas por inclusão digital. O tema foi discutido em depoimento à CEI do Estacionamento Rotativo. Segundo a empresa, os equipamentos têm alto custo, mas ainda são necessários para usuários sem acesso a aplicativos e QR Code.



Ação cita falhas no licenciamento e ausência de consulta a quilombolas

Irregularidades motivam pedido de suspensão na Marginal Direita

MPF pede paralisação das obras e questiona licenciamento ambiental

Da **Redação**

Possíveis irregularidades no licenciamento ambiental motivaram o pedido do Ministério Público Federal (MPF) à Justiça Federal para suspensão das obras da Marginal Direita do Rio Sorocaba. A medida foi apresentada por meio de Ação Civil Pública que questiona a legalidade do empreendimento e tem como alvos a Prefeitura de Sorocaba e a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb).

De acordo com o MPF, há indícios de falhas na concessão das licenças ambientais, além da ausência de estudos mais aprofundados sobre os impactos da obra. O órgão sustenta que o projeto foi autorizado com base em Estudo Ambiental Simplificado (EAS), quando, pelas características da intervenção, seria exigido um Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), mais completo.

Outro ponto central da ação é a possível intervenção em Área de Preservação Permanente (APP) às margens do Rio Sorocaba. Segundo o MPF, a faixa de vegetação prevista no projeto não atenderia ao mínimo estabelecido pela legislação federal, o que pode comprometer a proteção dos

recursos hídricos, da biodiversidade e da estabilidade ambiental da região.

A Procuradoria também aponta a ausência de consulta prévia à Comunidade Quilombola José Joaquim de Camargo, localizada na área de influência da obra. Conforme a legislação e tratados internacionais, comunidades tradicionais devem ser ouvidas antes da execução de empreendimentos com potencial impacto sobre seus territórios e modos de vida.

Diante dos apontamentos, o MPF pede, em caráter de urgência, a paralisação das obras até que as irregularidades sejam analisadas pela Justiça. No mérito da ação, o órgão também solicita a anulação das licenças ambientais já concedidas.

O caso é resultado de um inquérito civil instaurado pelo próprio MPF, aberto em maio deste ano para apurar possíveis falhas no processo de licenciamento, após representação da deputada federal Erika Hilton (PSOL). À época, foram solicitadas informações a diferentes órgãos, incluindo Prefeitura, Governo do Estado, Ibama e ICMBio.

A Prefeitura de Sorocaba informou que não foi notificada sobre a ação e prestará esclarecimentos no prazo legal.

CORREIO
ECONÔMICO

FABIO RODRIGUES-POZZEBOM/ AGÊNCIA BRASIL



Entidade diz que maioria das empresas quer saída diplomática

Amcham: adoção de reciprocidade
contra os EUA deve ser evitada

A Câmara Americana de Comércio no Brasil (Amcham) defende que a posição adoção de medidas de retaliações por parte do Brasil em relação às tarifas comerciais impostas pelos Estados Unidos seja evitada. Na quinta-feira (13), o governo federal anunciou a abertura formal do processo para avaliar se a imposição das tarifas contra exportações brasileiras será respondida com base na Lei da Reciprocidade Econômica. A abertura do processo não significa que o Brasil tenha decidido aplicar imediatamente contratarifas ou outras medidas de retaliação contra produtos norte-americanos. Neste momento, o governo inicia uma análise formal para verificar se as medidas dos EUA justificam a adoção de respostas previstas na legislação brasileira.

Reciprocidade: Fazenda ouvirá empresários

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, disse nesta sexta-feira (14) que ouvirá os empresários brasileiros e estrangeiros sobre os possíveis impactos da aplicação da Lei da Reciprocidade do Brasil, em resposta ao tarifaço imposto pelos Estados Unidos. A iniciativa levou a um aumento de 37,5% nos impostos de alguns produtos. A decisão do governo brasileiro sobre a adoção formal das contramedidas proporcionais para preservar a competitividade comercial do Brasil virá após essa análise.

LULA MARQUES/ AGÊNCIA BRASIL



Durigan quer diálogo com os setores para avaliar impactos

Petrobras anuncia descoberta de petróleo

A Petrobras informou nesta sexta-feira (14) que identificou a presença de hidrocarbonetos em poço exploratório em perfuração no bloco FZA-M-59, em águas profundas do Amapá, na bacia sedimentar da Foz do Amazonas, na margem equatorial brasileira. Os hidrocarbonetos são obtidos principalmente do petróleo e do gás natural, servindo como matéria-prima essencial para combustíveis, plásticos e borrachas. O poço Morpho está localizado a cerca de 175 km da costa do estado do Amapá, em lâmina d'água de 2.886 metros.

Primeira descoberta na costa do Amapá

“Essa primeira descoberta na costa do Amapá é resultado da dedicação e da competência da Petrobras, que está comprometida com a recomposição das reservas de petróleo e com a segurança energética do país”, disse a presidente da Petrobras, Magda Chambriard. De acordo com a Petrobras, o intervalo portador de hidrocarbonetos foi constatado por meio de perfis elétricos e indicativos em rocha.

Aval para empréstimo

O Ministério da Fazenda autorizou, na sexta-feira (14), cinco operações de crédito, com garantias da União, a cinco estados: São Paulo, Piauí, Maranhão, Pernambuco e Rondônia. O prazo para os entes assinarem os empréstimos com as instituições financeiras federais termina em 7 de setembro, devido ao período eleitoral.

Crise do BRB

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, rebateu, na sexta-feira (14), as acusações de que governo federal está inerte em relação à crise envolvendo o Banco de Brasília (BRB) e classificou as críticas como “uma grande injustiça e irresponsabilidade”. A declaração ocorre um dia após a reunião pública de conciliação entre as partes no STF.

Liquidação extrajudicial

O Banco Central (BC) decretou nesta sexta-feira (14) a liquidação extrajudicial de duas empresas do Grupo Simpala. As instituições que foram afetadas com a medida foram a Simpala Lançadora e Administradora de Consórcios e a Simpala S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, ambas com sede em Porto Alegre (RS).

Gaçipolo fala do FGC

O presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, criticou na quinta a pressão de instituições não bancárias para usar o Fundo Garantidor de Crédito na captação de varejo. Galípolo explicou que muitas empresas buscam autorização para atuarem semelhante aos bancos, usando as garantias do FGC, porém não apresentam ativos suficientes.

Preço reduzido em 11,3%

A Refinaria de Mataripe anunciou que reduziu o preço da gasolina em cerca de 11,3%. A refinaria fica em São Francisco do Conde, Região Metropolitana de Salvador, e responde por 42% do abastecimento da Região Nordeste. Ao atualizar o preço, a empresa informa que os novos valores incorporam os descontos da MP 1.358

4 bilhões de barris

A Petrobras informou que o ativo de Tupi, no pré-sal da Bacia de Santos, chegou à marca recorde de 4 bilhões de barris de óleo equivalente (boe). É a primeira vez que um ativo da companhia alcança esse volume. Boe é uma unidade de volume acumulado de petróleo e gás convertida para o equivalente em barris de petróleo.



A Relação Anual de Informações Sociais reúne dados sobre o mercado

Cai diferença
de gênero
no acesso ao
emprego formal

Rais mostra ampliação da presença
feminina no mercado de trabalho

Da Redação

Do total de 62,8 milhões de empregos formais ativos no Brasil, incluindo trabalhadores com carteira assinada e agentes públicos, as mulheres ainda não representam a maioria, mas a diferença em relação aos homens caiu nos últimos anos. É o que mostram dados da Rais Mensal de junho, divulgados na quinta-feira (13) pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

A Relação Anual de Informações Sociais (Rais) reúne estatísticas sobre o mercado de trabalho a partir de informações coletadas de empresas e órgãos públicos.

Ao todo, as mulheres ocupam 46,4% dos postos de trabalho, somando 29.182.235 de vínculos trabalhistas. Os homens estão registrados em 33.708.974 vagas, 53,6% dos postos de trabalho.

Essa distância era maior em janeiro de 2023, quando 55,7% das vagas eram ocupadas por pessoas do sexo masculino, contra 44,2% do sexo feminino.

O mercado de trabalho brasileiro acumulou saldo positivo de 10,1 milhões de vínculos de emprego formal, entre janeiro de 2023 e junho de 2026, segundo o balanço apresentado pelo MTE. Desse

montante, 5,8 milhões das vagas formais foram ocupadas por mulheres, enquanto 4,3 milhões foram ocupadas por homens.

A Rais Mensal também trouxe informações atualizadas sobre a diversidade racial no mercado de trabalho.

Dos 62,8 milhões de vínculos formais, tanto no setor público quanto privado, 27,3 milhões são de pessoas auto-declaradas pardas, enquanto outras 26,8 milhões são pessoas autodeclaradas brancas. Os trabalhadores que se autodeclararam pretos correspondem a 4,6 milhões. Amarelos, 600 mil, e indígenas, 239 mil.

Outros 3,1 milhões de vínculos trabalhistas não tiveram a informação racial registrada, um número que era de mais de 17,2 milhões há pouco mais de três anos e meio.

“Nós temos hoje mais gente preta ou parda em relação à população branca, mas essa é uma informação não demandada, tanto que o não informado diminuiu de 17 milhões para 3 milhões, porque a gente fez uma campanha forte com as empresas para que elas voltassem a informar”, explicou a subsecretária de Estatística do MTE, Paula Montagner, durante apresentação dos dados.



Tiffany, do Osasco, poderá ser a principal afetada pela decisão da CBV

Vôlei brasileiro exige teste genético que bane mulheres trans

A CBV (Confederação Brasileira de Voleibol) anunciou, na sexta (14), que passará a limitar as competições femininas exclusivamente a atletas do sexo biológico feminino. A decisão terá impacto na jogadora Tifanny Abreu, uma mulher trans que atua no Osasco São Cristóvão Saúde e que fez muito sucesso na Superliga feminina de vôlei. A decisão alinha o vôlei brasileiro às regras do COI (Comitê Olímpico Internacional) e da FIVB (Federação Internacional de Voleibol). A confederação informou que o objetivo é garantir que os critérios nacionais sejam os mesmos adotados internacionalmente. A comprovação do sexo biológico feminino será feita por testes do gene SRY. A avaliação ocorrerá por meio de triagem genética, permitindo exceções apenas em casos específicos previstos na nova política.

Presidente da CBV alega “adequação” ao COI

A nova exigência vale a partir de agora para as principais competições do país. A lista inclui a Superliga A e B (temporada 2026/2027), a Supercopa 2026, a Copa Brasil 2027 e as competições nacionais de vôlei de praia. O presidente da CBV, Radamés Lattari, disse que a mudança garante igualdade com o cenário externo. “A decisão se adequa ao COI e deixa nossos campeonatos equiparados com as competições internacionais”, afirmou o dirigente. O Osasco prestou apoio a Tiffany e prometeu acionar o departamento jurídico.

DIVULGAÇÃO/CBV



Radamés Lattari, presidente da CBV, diz que decisão se iguala ao COI

Modelo já foi utilizado na Liga das Nações

A triagem do gene SRY é descrita pela área médica como um processo simples e seguro. “A coleta de material é feita de forma pouco intrusiva e altamente precisa”, garantiu João Olyntho, presidente do Conselho de Saúde do Voleibol. A restrição internacional foi aprovada originalmente em setembro de 2025. O modelo adotado pelo Brasil segue a Política de Proteção da Categoria Feminina do COI, publicada em março de 2026 e já usada na Liga das Nações deste ano.

Tiffany se pronuncia contra a decisão da CBV

“É um enorme retrocesso na luta pelo reconhecimento e inclusão de todas as pessoas no esporte. Voltamos para uma forma vexatória, como se testavam as atletas nos anos 60 e 70. Estamos em 2026. Não podemos ter esse retrocesso jamais. Não vou me calar. E vou tomar todas as medidas possíveis para que minha luta pelo direito, visibilidade, inclusão e prática do esporte não tenham sido em vão”, disse Tiffany.

Calderano eliminado

Nas quartas de final do Smash da Europa, disputado no sábado (15), na Suécia, o mesatenista brasileiro Hugo Calderano foi derrotado para seu principal rival, o francês Félix Lebrun, número 5 do mundo, e deixou a competição. O brasileiro perdeu por 4 sets a 1, com parciais de 16/14, 11/7, 8/11, 11/4 e 11/5.

Rivalidade antiga

A rivalidade entre o mesatenista brasileiro e o atleta francês é antiga. Eles já se enfrentaram 10 vezes, e Félix levou a melhor em sete delas. Ainda assim, Hugo Calderano segue como oitavo colocado no ranking mundial e continua vivendo sua melhor fase na carreira. O atleta é o maior da modalidade na história do Brasil e merece apoio.

Virando a chave

A vitória do Fluminense por 3 a 2, de virada, sobre o Palmeiras no Maracanã, no sábado (15), é uma virada de chave para o Tricolor na temporada. Primeiro jogo sob comando do auxiliar permanente, Marcão, o time do Fluminense demonstrou mais organização, disposição e comprometimento tático, brigando pela vitória até o último lance.

Igor Rabello preocupa

A vitória, porém, ficou marcada pela lesão do zagueiro Igor Rabello, que deixou o campo aos sete minutos do segundo tempo, após cair sobre o próprio braço em uma dividida com Sosa, do Palmeiras. Ele foi submetido a exames de imagem no domingo, que detectaram uma luxação acromioclavicular. Uma intervenção cirúrgica não está descartada.

Montoro no centro

Um dos principais meias do Botafogo, o argentino Álvaro Montoro é alvo do projeto da nova SAF do clube, que quer ter o jogador como peça central dessa nova era alvinegra. O contrato do meia vai até o final de 2029, mas a diretoria botafoguense já abriu conversas para estender o vínculo com o atleta visando também se resguardar na próxima janela de transferências.

Vasco de olho nos ‘Crias’

Com apenas dois reforços na janela de transferências, o Vasco priorizou a contratação de atletas revelados pelo clube, mas não obteve sucesso. Nomes como Gabriel Pec (Cruzeiro), Evander (FC Cincinnati), Marlon Gomes (Shakhtar Donetsk) e Douglas Luiz (Juventus) foram monitorados, mas as negociações esbarraram nos altos valores pedidos pelos clubes.



Atual presidente da CBA, Wlamir Motta Campos

Muito marketing e pouca gestão

O atletismo brasileiro não pode continuar pagando pela inércia e pelas falhas de quem deveria proteger a modalidade

O episódio envolvendo a utilização das marcas da Caixa e das Loterias Caixa em publicações de natureza político-partidária não pode ser tratado apenas como uma conduta individual. A CBA administra o programa, seleciona seus participantes e tem o dever de orientar, fiscalizar e impedir o uso inadequado das marcas de uma empresa pública.

As publicações estavam expostas nas redes sociais. Por que a direção da Confederação não identificou o problema antes que ele alcançasse o patrocinador e colocasse em risco uma parceria construída durante décadas?

A reação da entidade somente ganhou força depois da repercussão pública. Notificações e promessas de apuração são necessárias, mas não apagam a demora nem explicam por que os controles preventivos falharam.

É nesse ponto que o presidente da CBA, Wlamir Motta Campos, precisa assumir sua responsabilidade.

Nos últimos anos, a comunicação da Confederação passou a ser fortemente associada à sua figura. Viagens, cerimônias, entrevistas, encontros e conquistas recebem intensa exposição pessoal. Em muitos momentos, torna-se difícil distinguir a divulgação institucional da promoção individual do dirigente.

Essa postura transmite a imagem de uma gestão centralizadora, personalista e marcada pelo exibicionismo. O presidente aparece para anunciar resultados, celebrar eventos e ocupar o centro das imagens. Quando surge uma crise, porém, a resposta é tardia ou insuficiente.

HÁ MUITO MARKETING PESSOAL E POUCA GESTÃO

Uma confederação esportiva não pode funcionar como instrumento de projeção de seu presidente. Sua comunicação

deve valorizar os atletas, treinadores, federações e profissionais que efetivamente constroem a modalidade.

A centralização também amplia a responsabilidade. Se as decisões, a representação e a visibilidade institucional estão concentradas no presidente, ele não pode, diante das falhas, transferir integralmente a responsabilidade para terceiros.

QUEM CENTRALIZA O PODER TAMBÉM CENTRALIZA A RESPONSABILIDADE

A CBA precisa explicar quais regras existiam, como os participantes foram orientados, quem fiscalizava as publicações, quando a presidência tomou conhecimento dos fatos e por que não agiu anteriormente. Sem essas respostas, atribuir o episódio exclusivamente a uma conduta individual parece mais uma tentativa de preservar a direção do que o resultado de uma apuração transparente.

Resultados esportivos, contratos e premiações não conferem imunidade administrativa. Reconhecimentos de governança também não substituem governança efetiva.

A eventual suspensão do patrocínio não prejudica quem ocupa o centro das fotografias. Prejudica atletas, treinadores, competições, categorias de base e projetos sociais.

O atletismo brasileiro não deve pagar por atos isolados. Tampouco pode pagar pela inércia de uma administração personalista, excessivamente centralizada e mais preocupada com a imagem de seu presidente do que com a proteção institucional da CBA.

A entidade precisa de menos exposição pessoal e mais transparência; menos discursos e mais fiscalização; menos centralização e mais gestão.

Presidir não significa apenas aparecer nas conquistas.

CORREIO
NO MUNDO

SGT. MADELYN KEECH/ FORÇA AÉREA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA



Pete Hegseth falou sobre combate ao tráfico como terrorismo

EUA preparam ofensiva terrestre em países aliados da América Latina

O secretário de Defesa dos Estados Unidos, Pete Hegseth, afirmou que as Forças Armadas americanas se preparam para realizar operações no território de países aliados com o objetivo de combater organizações de narcotráfico na América Latina. Trata-se de uma sinalização de que Washington pretende aplicar na região métodos desenvolvidos ao longo de décadas de combate a grupos terroristas no Oriente Médio e em outras partes do mundo -que, em muitos casos, levaram à morte de civis.

Em viagem ao Panamá, Hegseth afirmou que o objetivo é produzir em terra o “mesmo efeito” dos ataques realizados contra embarcações acusadas de transportar drogas no Caribe e no Pacífico. A oposição e grupos de direitos humanos criticaram essas ações como ilegais.

Parceria com Equador e Colômbia

Hegseth disse ainda que os EUA trabalham com Equador, Colômbia e outros parceiros para “levar a luta” contra organizações de narcotráfico ao território terrestre. Os Estados Unidos já deram início a ações coordenadas com o Equador em março. No início daquele mês, o governo Trump anunciou operações entre os dois países como um exemplo “contudente do compromisso dos parceiros na América Latina e no Caribe no combate ao flagelo do narcoterrorismo.”

ABELARDO DE LA ESPRIELLA



Presidente eleito da Colômbia apoiou iniciativa norte-americana

EUA fecham parceria com a Colômbia

Porém, os países anunciaram que tinham bombardeado traficantes, mas uma reportagem do jornal The New York Times mostrou que as ações, na verdade, atingiram uma fazenda de gado e laticínios, não um complexo de tráfico de drogas.

Na última quarta-feira (12), os Estados Unidos anunciaram outra parceria, desta vez com a Colômbia, onde o presidente de direita recém-empossado, Abelardo de la Espriella, é alinhado com as políticas de Donald Trump, e enfrenta uma crise causada por um grave terremoto.

País latino vive momento de crise

“Colômbia já solicitou que o Departamento de Guerra [dos EUA] se junte à Colômbia em sua luta contra o narcoterrorismo, autorizando operações militares conjuntas para destruir os terroristas e as redes de terror”, afirmou Hegseth, chefe do Pentágono. O anúncio da cooperação marcou a entrada formal do novo governo colombiano no chamado Escudo das Américas, coalizão antidrogas formada por cerca de 20 países da América Latina.

Brasil e México estão fora

Países como Brasil e México estão fora deste grupo. Nesse contexto, o chefe do Pentágono citou apenas países nos quais os EUA já anunciaram operações conjuntas, como a Colômbia, ou já realizaram incursões, como o Equador. E disse que “organizações designadas como terroristas, em conjunto com governos parceiros, serão alvos legítimos do governo dos EUA”.

Brasil não concordou

A princípio, isso deixaria de fora o Brasil, que não concordou com a designação do PCC e do CV como organizações terroristas feita pelo governo Trump. A reportagem questionou o Departamento de Defesa se essas operações militares poderiam acontecer em países que não possuem parceria com os EUA, mas não teve resposta.

Guerra ao Terror

Hegseth, em entrevista a jornalistas, disse que “em qualquer lugar em que vocês [grupos terroristas] trafiquem drogas, em que ameacem o povo americano ou nossos parceiros, vocês são um alvo, assim como o Estado Islâmico ou a Al Qaeda”. O secretário disse ainda que Washington pretende aproveitar no Ocidente a experiência militar da Guerra ao Terror:

Kill Chain

Segundo Hegseth, os EUA passaram os últimos 25 anos aperfeiçoando a chamada “kill chain” -expressão militar para identificar, localizar, acompanhar e atacar um alvo- para atingir redes terroristas a milhares de quilômetros do território americano. “Por que não pegamos essas capacidades, com os melhores americanos, e as aplicamos aqui?”, disse.

Atuação conjunta

Hegseth disse que a estratégia envolverá atuação conjunta do Comando Sul, responsável pelas operações militares na América Latina e no Caribe, e do Comando Norte, cuja área inclui México, EUA e Canadá. “É uma luta em rede, para a qual damos poder ao Comando Sul e ao Comando Norte, juntos, no Hemisfério Ocidental, para agir de maneira implacável”, disse.

Destruição de redes

“Vamos nos aproximar e destruir essas redes usando todas as capacidades do governo americano”, completou. A declaração ocorreu um dia após o presidente Donald Trump ampliar outro instrumento de atuação dos EUA contra organizações criminosas transnacionais.

Por Isabella Menon (Folhapress)



Nigel Farage recuperou assento no Parlamento britânico em eleição

Nigel Farage está de volta ao Parlamento do Reino Unido

Líder da ultradireita supera candidato ‘cara de lata de lixo’ em eleição

Por José Henrique Mariante (Folhapress)

Nigel Farage está de volta ao Parlamento britânico após obter pouco mais de 60% dos votos na eleição distrital de Clacton, um balneário no sudeste da Inglaterra. A notícia, porém, é que 27% dos eleitores que se dispuseram a participar do pleito preferiram Count Binface, um candidato que se apresenta com uma lata de lixo na cabeça.

Pressionado por uma onda de denúncias, o líder de ultradireita do Reform UK renunciou ao mandato no mês passado para, em suas palavras, “derrotar o establishment”. A ideia era desmoralizar revelações da imprensa britânica que minaram sua popularidade nas últimas semanas: uma doação não declarada de £ 5 milhões (R\$ 34 milhões) de um bilionário de criptomoedas e favores financeiros de um amigo condenado por fraudes.

Farage, no entanto, acabou se tornando alvo de um monte de piadas e comentários em redes sociais, invariavelmente associadas a latas de lixo (“bin”, em inglês). Mais do que isso, viu seu partido perder a primazia das pesquisas de opinião para os trabalhistas, em um impulso de largada para o novo premiê, Andy Burnham. Boicotado pelos grandes partidos, que se recusaram a

participar do “circo de mídia” pretendido por Farage, o pleito acabou atraindo um número recorde de interessados, entre nanicos e candidatos fantasiados ou de paródia, como são chamados no país.

Clacton, reduto eleitoral do populista, um dos distritos que proporcionalmente mais deram votos ao brexit, em 2016, nunca tinha visto uma cédula tão grande, com 34 nomes e 90 cm, como na quinta (13).

Um recorde também na política britânica, que mereceu o protesto silencioso de um eleitor, mostrado em imagem da apuração publicada pelo jornal The Guardian: “Que desperdício vergonhoso de dinheiro”.

Com os papéis para lidar, os mesários avançaram noite adentro para concluir a apuração. Na madrugada de sexta, a proclamação do vencedor, tradição no país, foi dominada por Binface, já que Farage se recusou a participar da cerimônia.

“Não vou de jeito nenhum subir a um palco, após obter uma vitória acachapante, para ser rebaixado e humilhado por um bando de desconhecidos”, disse Farage a apoiadores durante uma festa, antes do anúncio do resultado. O conselho, segundo o político, veio da polícia, que teria informações sobre um suposto plano para constrangê-lo.



Situação acende alerta para possibilidade de greve

Atraso em repasses do Ministério da Saúde põe Fiocruz e terceirizadas em estado de alerta

A demora nos repasses do Ministério da Saúde para a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) já provoca efeitos em cadeia sobre empresas prestadoras de serviços e trabalhadores terceirizados. Há relatos de fornecedores que estão há mais de dois meses sem receber, o que compromete o pagamento de salários, benefícios e obrigações fiscais. A situação, que se arrasta sem definição, acende o alerta para a possibilidade de greve e para a descontinuidade de serviços essenciais prestados à instituição. O descompasso entre o cronograma de pagamentos do ministério e a manutenção dos contratos ativos levou ao que representantes do setor classificam como um “colapso silencioso”: as empresas seguem executando os serviços, mas operam no limite da capacidade financeira, sem previsão de quando os repasses serão normalizados.

O fluxo interrompido

O funcionamento da Fiocruz depende, em grande parte, de uma rede de contratos terceirizados que abrange áreas como limpeza, vigilância, manutenção predial, tecnologia da informação, apoio laboratorial e logística. Esses contratos são pagos com recursos repassados pelo Ministério da Saúde. Quando esse repasse atrasa, a Fiocruz não consegue honrar os pagamentos às empresas contratadas. Sem receber, as empresas ficam impossibilitadas de cumprir suas obrigações trabalhistas em dia. O resultado é um efeito dominó que atinge justamente a ponta mais vulnerável da cadeia: o trabalhador terceirizado.



Com atraso, fundação não consegue honrar pagamentos

Impacto institucional e risco de paralisação

A falta de previsibilidade orçamentária também coloca em risco a continuidade das atividades da Fiocruz, instituição estratégica para a saúde pública brasileira. A fundação é responsável por pesquisas, produção de vacinas, insumos e ações de vigilância em saúde. Com os pagamentos em atraso, empresas já sinalizam dificuldade para manter o quadro de funcionários e os insumos necessários à execução dos contratos. A continuidade dos serviços prestados à Fiocruz depende de uma solução urgente. Sem ela, o risco é de paralisação, perda de credibilidade institucional e prejuízo direto à saúde pública.

Uma instituição centenária em situação crítica

Diante desse cenário, causa espanto que uma instituição que carrega o nome de Oswaldo Cruz, um dos infectologistas mais influentes da história e referência mundial em saúde pública, com mais de 120 anos de trajetória, esteja enfrentando uma crise dessa magnitude sem receber a atenção necessária das autoridades competentes. A grandiosidade do legado contrasta com a fragilidade do presente — e o silêncio diante do problema só agrava o risco de que uma das mais importantes instituições científicas do país tenha suas atividades comprometidas por falta de gestão e de responsabilidade com quem a mantém funcionando todos os dias.

Tutuca inicia campanha

Ao lado da família e amigos. Assim o deputado estadual Gustavo Tutuca começou a caminhada pela reeleição. Ele participou de um culto em sua igreja, no Recreio dos Bandeirantes. A partir de segunda-feira (17), o parlamentar inicia uma série de compromissos pela capital, Região Metropolitana e Sul Fluminense.

Agenda intensa

Na segunda-feira (17), Tutuca cumprirá agendas na cidade do Rio e em Seropédica. Na terça (18) e quarta-feira (19), os compromissos serão na capital. Na quinta (20), seguirá para Pinheiral e, na sexta (21), estará em Barra do Piraí. No sábado (22), a programação prevê agendas em Piraí e novamente em Barra do Piraí.

Paes em atos religiosos

Eduardo Paes começou a sua campanha ao governo do Estado do Rio indo à missa no Santuário de Nossa Senhora da Penha, Zona Norte da capital. Ele e a candidata a vice Jane Reis participaram ainda de um culto no Monte Sinai, em Duque de Caxias. Eduardo Paes ressaltou o compromisso com o combate.

Com aliados

Nas agendas que cumpriu neste domingo (16), Eduardo Paes estava com o candidato ao Senado Pedro Paulo e aliados da coligação “Juntos para Mudar, Coragem para Reconstruir”. Aliás, o senador Romário estava entre os apoiadores de Eduardo Paes. Ele anunciou, no sábado (15), sua saída do PL para apoiar Eduardo Paes.

Ato em Copacabana

O deputado estadual e presidente da Alerj, Douglas Ruas, também foi para as ruas neste domingo (16). Ele participou do ato realizado em Copacabana ao lado de Flávio Bolsonaro, candidato à Presidência da República pelo PL Douglas Ruas discursou durante o evento e disse que pode inaugurar um novo tempo no Rio.

Trio elétrico

Flávio Bolsonaro discursou em cima de um trio elétrico, na Avenida Atlântica, em Copacabana, e falou sobre suas propostas para seus aliados e apoiadores de várias partes do país que estavam no ato, ocorrido neste domingo, primeiro dia da campanha que os candidatos às eleições de outubro podem pedir voto explicitamente.



Cláudio Magnavita durante sessão especial aos 69 anos da Abrajat

No Senado, Magnavita defende sigilo da fonte

Em discurso na tribuna, publisher do Correio da Manhã apontou excessos do STF

Em pronunciamento no Plenário do Senado Federal durante a sessão especial em comemoração aos 69 anos da Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo (Abrajat), Claudio Magnavita, publisher do grupo Correio da Manhã e ex-presidente da associação, fez uma contundente defesa da liberdade de imprensa e do sigilo da fonte. Magnavita classificou as ameaças e a quebra de garantias constitucionais contra jornalistas como um crime contra a democracia e uma violação direta a uma cláusula pétrea da Carta Magna.

À frente de um grupo de comunicação responsável por seis jornais diários no país e empregador de mais de 50 jornalistas, Magnavita expressou profunda indignação com a fragilização do trabalho da imprensa. O publisher criticou a criação de artifícios conceituais para justificar medidas judiciais contra profissionais e reafirmou que

a proteção inviolável do informante é a essência de toda a atividade jornalística.

Durante a solenidade, o jornalista destacou a reação de veículos de comunicação e congressistas contra atos arbitrários. Magnavita externou preocupação com o formato de decisões no Supremo Tribunal Federal (STF), alertando para os riscos da concentração de papéis no qual uma mesma autoridade atua como vítima, investigadora e julgadora, dinâmica que definiu como extremamente perigosa para o Estado de Direito.

Ao saudar a postura de lideranças em defesa da ordem constitucional, Magnavita encerrou sua fala conclamando a imprensa e a sociedade a não se omitirem diante de abusos de autoridade. “Jornalismo se faz, sobretudo, com coragem”, declarou, assegurando que os veículos não se calarão no dever de informar.



Homenagem aos 69 anos da Abrajat

O Senado realizou, em 14 de agosto, uma sessão solene em homenagem aos 69 anos da Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo (Abrajat). Ela foi conduzida pela senadora Damares Alves, na foto com Magnavita; Miriam Petrone, presidente da Abrajat em SP; Luiz de Sousa Pires, presidente nacional da Abrajat; Antônio Claret, presidente da Abrajat em MG; e Gustavo Lopes, secretário municipal de Turismo de SP, Gustavo Lopes



Kassab, ao lado de Caiado, deu “o primeiro soco”

Kassab sinaliza: alvo do PSD será Flávio Bolsonaro

Um ditado era repetido no comando da campanha do PSD no final da semana depois de, na quinta-feira (13), o presidente do partido e candidato a vice-presidente na chapa com Ronaldo Caiado, Gilberto Kassab, dizer que “a chance de vitória de Flávio Bolsonaro nestas eleições é zero”. O ditado repetido diz o seguinte: “Se você tem que entrar numa briga, que dê o primeiro soco; e que ele seja forte”. Ao dizer em São Paulo, numa reunião com 200 representantes do agro, da indústria e da mineração, que considera a chance de Flávio zero, Kassab deu o primeiro soco. E sinalizou para onde o PSD irá neste momento em que, de fato, começa a campanha eleitoral. O alvo preferencial será Flávio Bolsonaro. É o candidato do PL que o PSD precisa atacar para tirá-lo do segundo turno contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que tenta a reeleição.

Centrão escolheu seu lado

Modestamente, Kassab ainda revelou certa sintonia com este Correio Político. Dizíamos por aqui, na edição de fim de semana, que o Centrão “sabe para onde o vento sopra”, e que as últimas movimentações dos presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), sinalizavam que o Centrão parece ter percebido que neste momento o vento sopra em favor da reeleição de Lula. Kassab disse o mesmo na reunião: “O Centrão não está neutro”.



Motta, Lula e Alcolumbre: “O Centrão não está neutro”

Processo conjunto de desconstrução

Kassab não declara isso. Mas ao dizer que quando a campanha começar agora, o PT, que, na sua avaliação, ainda vem preservando Flávio Bolsonaro, irá bater mais duro. E aí, então, avalia Kassab, Flávio começará a ser desconstruído. Tudo isso são palavras de Gilberto Kassab. Se a intenção dele fosse deixar somente esse jogo de desconstrução para o PT, ele mesmo nada diria. Vislumbra-se que poderá haver uma espécie de dobradinha nesses ataques. Lula e o PT agindo de forma mais aguda, espera Kassab.

Esqueletos de ambos no armário

O que não deverá significar que Caiado, então, preservará Lula: a ideia é mostrar que os dois líderes nas pesquisas teriam grandes esqueletos no armário e contas a pagar com denúncias complicadas. E que Caiado, ao contrário, está na vida pública desde a década de 1980 quando fundou a União Democrática Ruralista (UDR) sem que nenhuma denúncia de corrupção tenha surgido em algum momento contra ele.

Urbano

Para além da linha de ataque, Caiado prepara-se para, agora na campanha, centrar-se mais em questões urbanas, ligadas aos grandes problemas das cidades. A campanha entende que ele já teria os votos do agronegócio. Ainda que a senadora Teresa Cristina (PP-MS), outra importante liderança do segmento, tenha sinalizado apoio a Flávio.

UDR

Apesar da importância de Teresa Cristina, Caiado entende que é ele a principal referência do setor. Afinal, assim se apresenta desde que fundou a UDR em 1985 e com ela atuou em defesa do agronegócio na elaboração da Constituição. A primeira aparição pública de Caiado foi montado num cavalo branco liderando uma manifestação.

Segurança

Foi dali que Caiado partiu para ser candidato à Presidência em 1989. Foi dali também que começou a se apresentar como um político de direta quando ninguém tinha coragem de se declarar assim. O PSD, portanto, avalia agora que o tom da campanha se volte mais para soluções para as questões urbanas, especialmente segurança.

Ações sociais

Mas não apenas segurança, que é um tema no qual Caiado foca desde o início a partir das experiências que diz ter feito como governador de Goiás. Imaginava-se que o tema fosse dominar o debate eleitoral, mas não tem sido tanto assim. A partir das experiências do governo de Goiás, Caiado também pretende focar em temas como ações sociais.

Mobilidade

Outro ponto é a mobilidade urbana. Soluções mais modernas para o deslocamento das pessoas, de forma mais rápida e mais barata estão hoje no centro do debate nas grandes cidades. Esses temas estão sendo compilados pelo ex-senador Roberto Brant, que é o coordenador da campanha de governo de Ronaldo Caiado.

Presente

No evento na quinta, Kassab ainda disse que a neutralidade declarada do Centrão deu um presente ao PSD. Sem alianças – com exceção de Lula –, o tempo de propaganda de cada candidato aumentou. O PSD terá mais de dois minutos. O partido ainda guarda segredo dos detalhes que explorará nesse tempo. Mas Kassab já deu fortes sinais.



Durigan: governo ouvirá antes quem for afetado

Brasil ouvirá empresários sobre reciprocidade

Ao Correio, especialistas detalham como atua a lei e os próximos passos

Gabriela Gallo

Após o governo federal anunciar a abertura formal do processo para acionar a Lei de Reciprocidade Econômica (Lei nº 15.122/2025) contra os Estados Unidos (EUA) devido à aplicação de tarifas de até 37,5% para produtos brasileiros, o ministro da Fazenda, Dario Durigan, disse que o poder Executivo primeiro ouvirá os empresários brasileiros e estrangeiros sobre os possíveis impactos da aplicação da Lei da Reciprocidade.

Paralelamente ao anúncio da possível aplicação da Lei de Reciprocidade, o Ministério de Relações Exteriores abriu nova frente de consultas diplomáticas com Washington.

“O processo de reciprocidade em um país sério, e que quer ouvir quem é afetado pela reciprocidade, demanda oitiva de eventuais interessados e eventuais impactados por uma medida que pode vir ou não a ser adotada no futuro”, destacou Durigan em conversa com a imprensa na sexta-feira (14).

Aprovada por unanimidade no Congresso Nacional e sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em ano passado, elaborada

já mirando em proteção às sobretaxas americanas a produtos brasileiros, a Lei de Reciprocidade Econômica é um mecanismo que permite ao Brasil adotar contramedidas diante de ações de outros países que prejudiquem a competitividade nacional.

As aplicações das medidas são escalonadas: começam com a notificação formal e consultas bilaterais pelo Itamaraty, depois segue para análise na Câmara de Comércio Exterior (Camex), com deliberação do Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (GECEX), e admite contramedidas provisórias em casos excepcionais.

Ao Correio da Manhã, o mestre em Direito, especialista em legislação internacional e professor da Estácio Brasília Armindo Madoz explicou que o objetivo da lei “não é estabelecer uma política automática de ‘tarifa contra tarifa’, mas criar instrumentos jurídicos de resposta econômica e comercial”.

O Artigo 3º da lei autoriza as possíveis contramedidas, que podem variar de restrições à importação de bens ou serviços, suspensão de concessões comerciais ou de investimentos e suspensão de obrigações assumidas pelo Brasil.



CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

Ministra do Orçamento de Lula, Tebet quadruplica patrimônio e atinge R\$ 10 milhões

REPRODUÇÃO

■ Ministra do Planejamento e Orçamento do governo Lula, Simone Tebet mais do que quadruplicou seu patrimônio nos últimos quatro anos. Ela saltou de R\$ 2,3 milhões em 2022 para R\$ 10,6 milhões em 2026, segundo a prestação de contas enviada à Justiça Eleitoral e obtida pelo Correio da Manhã.

■ Filiada ao PSB, Tebet deixou o Ministério em março deste ano justamente para disputar uma vaga ao Senado por São Paulo, com o apoio do presidente Lula. A principal mudança para o aumento de bens da ex-ministra é a aquisição de uma gleba de terras rurais, no valor de R\$ 9 milhões.

■ O terreno, que não aparecia na relação de bens em 2022, representa 84% de todo o patrimônio informado pela candidata.



Simone Tebet deixou ministério do governo Lula para se candidatar ao Senado por São Paulo

Além da propriedade rural, Tebet declarou apartamentos em Campo Grande e Três Lagoas, terrenos urbanos, uma casa, outra gleba de terras avaliada em R\$ 457 mil, além de

aplicações financeiras.

■ Em 2022, Simone Tebet foi candidata à Presidência da República pelo MDB. No segundo turno, ela apoiou a candidatura de Lula contra Jair Bolsonaro.

Financial Times confirma ofensiva de Trump a Moraes antecipada pelo Correio da Manhã

■ Um dos jornais mais tradicionais do mundo, o britânico Financial Times confirmou, neste domingo (16/8), uma informação antecipada pelo Correio da Manhã quatro dias antes. Como mostrou a coluna na quarta-feira, o governo de Donald Trump passou a monitorar decisões do ministro Alexandre de Moraes e avalia re aplicar a Lei Magnitsky contra o ministro do STF.

■ A possibilidade de novas sanções, segundo o Financial Times, ganhou força após Moraes determinar medidas contra o jornalista Luís Pablo Conceição Almeida e pessoas apontadas como suas fontes, em uma investigação envolvendo informações publicadas sobre o ministro Flávio Dino.

■ A reportagem afirma que o episódio reacendeu em Washington preocupações relacionadas à liberdade de imprensa e à atuação do magistrado. Alexandre de Moraes já havia sido alvo da Lei Magnitsky em 2025, mas as sanções foram retiradas em dezembro daquele ano.

■ Quatro dias antes da publicação do Financial Times, a coluna revelou que os Estados Unidos passaram a monitorar a atuação de Moraes justamente após a ofensiva contra Luís Pablo. Interlocutores em Washington ouvidos pelo Correio da Manhã classificaram a investigação como uma violação à liberdade de imprensa.

■ A apuração mostrou ainda que essa avaliação não se restringia a aliados políticos de Trump e do secretário de Estado, Marco Rubio. A percepção era compartilhada por diplomatas de carreira norte-americanos, inclusive integrantes que ocuparam postos de destaque durante o governo do democrata Joe Biden.

■ Na ocasião, a coluna também antecipou que a Casa Branca estudava retomar a aplicação da Lei Magnitsky contra Moraes. A legislação permite ao governo dos Estados Unidos impor sanções a estrangeiros acusados de graves violações de direitos humanos ou corrupção.

MALU FERNANDES

Vereadora em Mogi das Cruzes-SP, em segundo mandato

Violência política de gênero: quando a lei existe, mas a proteção não chega

A cada mulher que assume um mandato eletivo no Brasil, soma-se uma probabilidade concreta de sofrer violência por isso — não apesar de estar na Política, mas justamente por ingressar nela. Segundo o Censo das Prefeitas Brasileiras (mandato 2021/2024), do Instituto Alziras, 58% das gestoras em exercício afirmaram já ter sofrido assédio ou violência política pelo simples fato de serem mulheres.

Por experiência própria, sei bem que não se trata de número abstrato. Aos 26 anos e exercendo meu segundo mandato na Vereança de uma cidade de meio milhão de habitantes, hoje tenho medida protetiva vigente contra meu ex-companheiro, motivada por severa agressão psicológica (incluindo coação, dominação) e por violência política de gênero — uma vez que ele, com o término do relacionamento, ameaçou prejudicar meu trabalho como parlamentar.

Nas últimas semanas, a Justiça de São Paulo determinou que, para além da cautelar expedida em desfavor do meu agressor, a Polícia Judiciária investigue o caso, que ganhou, infelizmente, novos contornos. A suspeita é que meu ex-namorado pinçou partes de processo que corre sob sigilo e as distribuiu para perfis de redes sociais e a jornalistas com direito a falsas alegações.

E isso tudo, caros leitores, no dia e na hora em que eu lançava minha pré-candidatura à deputada estadual. Enquanto

eu estava em cima de um palco, discursando para mais de 500 pessoas, sem a mais pálida possibilidade de me defender e alheia ao que acontecia paralelamente no on-line, a fake news contra mim corria solta.

Ou seja, não admitindo o fim de um relacionamento desgastante e conflitante, o homem lança mão do que é, no momento, valioso para a ex-companheira e promove flagrante campanha de difamação contra ela. Ao meu ver, estamos diante de reincidência de violência política de gênero.

Relato isso não para transformar um processo pessoal em espetáculo, ou me revitimizar, mas porque ele ilustra, com nome e sobrenome, um fenômeno que os relatórios só descrevem em porcentagem. Não, não somos só números! Somos, muitas vezes, até sonhos interrompidos por homens que não aceitam perder.

A violência política de gênero raramente aparece como agressão explícita. Muitas vezes, se manifesta como tentativa de controle — das decisões, da agenda, da exposição pública de quem ocupa cargos eletivos. E isto não acontece somente num relacionamento íntimo, na esfera privada. Ocorre — e mais do que a gente imagina — no bastidor político — quando alguém tenta definir como será a atuação da mulher no partido e no mandato. E, desta conjuntura, também fui vítima.

Quando, na prerrogativa de vereadora, comeci a protocolar requerimentos de informação mais duros, sofri abordagens de figuras da Prefeitura de Mogi das Cruzes, num claro esforço para me dissuadir de continuar fiscalizando. Isso não é acidente, nem acaso: é padrão, é intimidação.

Desde 2021, o Brasil conta com a lei 14.192, que tipificou a violência política de gênero como crime eleitoral, além da legislação 14.197/2021, que prevê a mesma prática contra qualquer cidadão como crime contra o Estado Democrático

de Direito. São conquistas reais, indiscutivelmente importantes, mas ainda não suficientes.

O Monitor da Violência Política de Gênero e Raça, publicado em 2024 pelo Instituto Alziras, aponta para um verdadeiro abismo entre a lei e sua efetividade: das 175 representações monitoradas pelo Ministério Público Federal (MPF), entre 2021 e 2023, apenas 12 (7%) viraram ação penal eleitoral e nenhuma (eu disse NENHUMA) teve sentença transitada em julgado.

Mais grave: 100% das vítimas nas ações ajuizadas eram mulheres que já ocupavam mandato, e nenhuma na condição de candidata teve seu caso judicializado. Logo, percebe-se que a lei protege melhor quem já venceu a disputa do que quem ainda tenta ingressar na Política — e é justamente na porta de entrada que a violência costuma entrar sem bater e ser mais estratégica e perversa.

Em agosto, a Lei Maria da Penha (11.340/2006) completa 20 anos. Assim como a agressão doméstica, que por décadas foi encarada como “problema de casal”, a violência política de gênero ainda é tratada, nos dias de hoje, a depender de quem julga, como desavença particular, quando, na verdade, fere um bem coletivo: a igualdade de condições para disputar e exercer mandatos.

A pergunta que fica não é se este tipo de violência existe — as estatísticas e a minha própria história já respondem — mas se as instituições vão reconhecê-las como incidente isolado ou como o que de fato é: um obstáculo à Democracia.

Enquanto a resposta institucional continuar mais lenta do que a velocidade de uma informação seletiva e mentirosa na véspera de uma pré-candidatura, seguiremos tendo leis exemplares no papel e mulheres abandonadas à própria sorte na prática.

PINGA-FOGO

■ PESQUISA VETOR ARROW - A Vetor Arrow divulga a 3ª rodada do seu acompanhamento contínuo das eleições 2026 no Estado do Rio de Janeiro. A pesquisa mede citações espontâneas — o entrevistado responde livremente, sem cartela de nomes — para Governador, Deputado Federal e Deputado Estadual, em 20 estratos que cobrem capital e interior, comparando as rodadas de junho, julho e agosto.

■ GOVERNO DO ESTADO - Eduardo Paes chega a 28,9% na régua ponderada de agosto — vinha de 22,9% em junho e 23,8% em julho — e lidera em 19 das 20 áreas do estado. A assimetria geográfica permanece: 37,4% na capital contra 23,1% no interior; justamente onde a eleição estadual se decide. O movimento da rodada é de Anthony Garotinho, que aparece com 7,4% e assume a 2ª posição, à frente de Paes no Norte Fluminense (17,2% × 14,6%), a única área do estado em que o favorito não lidera. Douglas Ruas mantém a trajetória ascendente das três rodadas — 3,8%, 5,0% e agora 6,2% —, com reduto no Leste Fluminense, onde marca 15,0% e é o segundo colocado da área.

■ Do lado conservador, a mudança é de natureza: Cláudio Castro, Romário e Flávio Bolsonaro não são candidatos aos cargos e deixam de ter categoria própria, passando a compor “Outros”. Com 51,2% de não sabe/não respondeu, metade do eleitorado segue sem nome na ponta da língua para o Governo.

■ ALERJ - A rodada de Canella. Márcio Canella não registrava citações até julho e entra direto em 4º lugar, com o maior volume individual do estado em agosto, concentrado na Baixada — o mesmo território que já sustentava sua liderança na disputa do Senado, que ele deixou para concorrer à Alerj. Rosenverg Reis e Rafael Nobre mantêm o 1º e o 2º lugares; Flávio Serafini sobe ao 3º e Renato Miranda recua para o 5º, empatado com Felipinho Ravis. A Federação União Progressista coloca quatro nomes no top 10 — Nobre, Canella, Ravis e Carlinhos BNH — e ainda emplaca Paulo Melo em 10º. Saem do grupo dos dez André Correa (11º) e Léo Vieira Filho (12º).



claudio.magnavita@gmail.com

MAGNAVITA

@columamagnavita

Judiciário brasileiro debate modernização e atuação institucional

CHICO BATATA/TJAM

Manaus recebeu, entre quarta-feira (12) e sexta-feira (14), o XXI Encontro do Conselho de Presidentes dos Tribunais de Justiça Estaduais e Militares do Brasil (Consepre), que reuniu presidentes das Cortes estaduais e militares de todo o país, além de integrantes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), magistrados, servidores e convidados. O encontro debateu ações voltadas ao aprimoramento da prestação jurisdicional, à modernização do Judiciário e ao fortalecimento da atuação institucional dos tribunais. Entre os participantes esteve o presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e governador em exercício, desembargador Ricardo Couto.



Presidentes de Tribunais de Justiça e Militares reunidos no evento



Presidente do TJRJ e governador interino, desembargador Ricardo Couto de Castro



Da esquerda para a direita: o presidente do Consepre e do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), desembargador Heráclito Vieira de Souza Neto; a conselheira do CNJ Jaceguara Dantas da Silva e o presidente do Tribunal de Justiça do Amazonas, Jomar Ricardo Saunders Fernandes



O presidente do Consepre e do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), desembargador Heráclito Vieira de Souza Neto, durante abertura do evento no Teatro Amazonas



Presidente do TJRJ e governador interino, desembargador Ricardo Couto de Castro, durante assinatura da Carta de Manaus

Da esquerda para a direita: o presidente do Consepre e do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), desembargador Heráclito Vieira de Souza Neto; o corregedor nacional de Justiça e ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Mauro Campbell Marques, e o presidente do TJAM, desembargador Jomar Ricardo Saunders Fernandes



Conferência magna do corregedor nacional de Justiça e ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Mauro Campbell Marques



Conselheiro do CNJ Fábio Francisco Esteves fala sobre proteção à primeira infância



O Conselheiro do CNJ Fábio Francisco Esteves; o presidente do Consepre e do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), desembargador Heráclito Vieira de Souza Neto; o presidente do Tribunal de Justiça do Amazonas, Jomar Ricardo Saunders Fernandes, e o conselheiro do CNJ Silvio Amorim Junior

■ CÂMARA FEDERAL - Lindebergh Farias mantém a liderança e Glauber Braga, a vice — ambos com recuo de volume no mês, movimento generalizado na rodada de agosto, que reduziu as citações da maioria dos nomes já consolidados. O destaque de crescimento é Manuela Perez (+58%), que salta para o 6º lugar, seguida de Marcelo Freixo (+19%), em 7º; Sargento Portugal fecha o grupo dos dez. Dr. Luizinho ultrapassa Pastor Henrique Vieira e assume o 3º lugar, enquan-

to Wladimir Garotinho (-77%) registra a maior queda de volume entre os dez. Saem do top 10 Luiz Lima (12º) e Jandira Feghali (16º); Carlos Jordy, 8º em julho, sai do ranking proporcional porque é candidato ao Senado, onde aparece com 2,2%, na segunda colocação da disputa majoritária. Pela régua da série, cada candidato é medido no cargo que efetivamente disputa.

■ METODOLOGIA - Pesquisa por telefonia (URA/TVR), com

captação espontânea e transcrição auditada, em 20 estratos do Estado do Rio de Janeiro — 10 áreas da capital e 10 regiões do interior —, com ponderação pelo eleitorado TSE. O acompanhamento é cumulativo: cada rodada soma novas entrevistas à base anterior. 1ª rodada (junho): 14.510 entrevistas. 2ª rodada (julho): 14.404 entrevistas. 3ª rodada (agosto): 14.605 entrevistas, campo de 12 a 13/08/2026 — total acumulado de 43.519 entrevistas. Os números de entrevistas aci-

ma referem-se às disputas proporcionais (Deputado Federal e Deputado Estadual), cujo acompanhamento é cumulativo. Os resultados de Governador e Senador correspondem exclusivamente à rodada de agosto de 2026, sem acumulação com as rodadas anteriores. Registro TRE-RJ: RJ-04533/2026 (agosto, válido para os quatro cargos); rodadas anteriores sob os n.ºs RJ-06966/2026 (junho) e RJ-07903/2026 (julho). Responsável técnico: Luciano Moura Silva, estatístico, CONRE-2 nº 11413.

Da Redação

As chamadas canetas emagrecedoras transformaram a maneira como muitas pessoas encaram a perda de peso. Com a promessa de reduzir o apetite, favorecer o emagrecimento e melhorar indicadores metabólicos, medicamentos como semaglutida e tirzepatida ganharam espaço no tratamento da obesidade e do sobrepeso associado a comorbidades.

O avanço dessas terapias, porém, também trouxe uma expectativa de que a redução do número na balança seria suficiente para solucionar diferentes insatisfações relacionadas ao corpo. Na prática, especialistas alertam que emagrecer e tratar uma alteração corporal são processos distintos.

A perda de peso pode reduzir a quantidade de gordura e trazer benefícios à saúde, mas não corrige automaticamente alterações anatômicas, circulatórias ou estruturais. Por isso, quando permanecem sintomas como dor, inchaço, excesso de pele, flacidez ou desproporção corporal, a origem da queixa precisa ser investigada.

EFETO DAS CANETAS

Os medicamentos conhecidos popularmente como canetas emagrecedoras atuam em mecanismos relacionados à saciedade, ao apetite e ao metabolismo. A semaglutida, por exemplo, atua sobre os receptores do GLP-1. Já a tirzepatida combina a ação sobre os receptores de GIP e GLP-1.

Entre os efeitos dessas substâncias estão o aumento da sensação de saciedade, a redução da ingestão alimentar e o retardamento do esvaziamento gástrico. No caso da tirzepatida, a indicação para o controle crônico do peso deve estar associada a uma alimentação com menor aporte calórico e à prática de atividade física.

A resposta ao tratamento, entretanto, varia entre os pacientes. Alimentação, sono, consumo de álcool, estresse, doenças endócrinas e uso de outros medicamentos podem interferir na evolução. Por isso, a eficácia do tratamento não deve ser medida apenas pela velocidade da perda de peso, mas também pela segurança e pelos resultados metabólicos e funcionais alcançados.

O uso sem acompanhamento médico também pode trazer riscos. Náuseas, vômitos, diarreia, constipação e dor abdominal estão entre os efeitos adversos descritos. Além disso, a perda de massa muscular pode ocorrer durante o emagrecimento, especialmente quando



A redução de gordura pode melhorar a mobilidade e controle metabólico, mas não necessariamente elimina todas as queixas

Os desafios após o emagrecimento pelo uso das canetas

A medicação reduz o peso corporal, mas não corrige todas as alterações anatômicas, circulatórias ou estruturais

não há atenção à alimentação e à prática de exercícios.

No Brasil, os medicamentos agonistas de GLP-1 passaram, desde junho de 2025, a exigir retenção de receita nas farmácias, para ampliar o controle sobre a prescrição e reduzir o uso indiscriminado.

EMAGRECIMENTO NÃO RESOLVE

A redução da gordura corporal pode melhorar a mobilidade e o controle metabólico, mas não necessariamente elimina todas as alterações presentes no organismo.

Isso ocorre porque diferentes estruturas respondem de maneiras distintas à perda de peso. Pele, músculos, parede abdominal, sistema venoso e tecido adiposo não sofrem as mesmas transformações durante o processo.

Em perdas de peso expressivas ou rápidas, por exemplo, a pele pode não acompanhar a redução do volume corporal. A retração depende de fatores como elasticidade, idade, histórico de oscilações de peso e tempo de distensão dos tecidos.

Também existem condições que não podem ser explicadas apenas pelo excesso de gordura. A diástase abdominal, por exemplo, caracteriza-se pelo afastamento dos músculos retos do abdômen. As hérnias, por sua vez, ocorrem quando estruturas atravessam áreas enfraquecidas da parede abdominal. Já as lipodistrofias envolvem alterações na distribuição do tecido adiposo e podem exigir investigação específica.

O QUE AINDA PERMANECE?

Mesmo após um emagrecimento significativo, algumas pessoas continuam apresentando excesso de pele, flacidez ou perda de sustentação em regiões como mamas, braços, abdômen e coxas. Alterações no contorno facial também podem se tornar mais evidentes depois da redução do volume corporal. Em determinadas situações, o excesso de tecido deixa de ser uma questão estética. Atrito, irritações, dificuldade para se vestir e desconforto durante a prática de atividades físicas podem comprometer a rotina.

Outros sinais exigem atenção: dor, sensação de peso, inchaço, sensibilidade, hematomas frequentes e desproporção entre diferentes partes do corpo. Esses sintomas podem estar associados a alterações vasculares, distúrbios na distribuição da gordura ou outras condições clínicas. Assim, a persistência da queixa não significa necessariamente que o emagrecimento tenha fracassado. Pode indicar que existem problemas diferentes coexistindo e que cada um precisa de uma abordagem específica.

AValiação É FUNDAMENTAL

Depois da perda de peso, a avaliação deve considerar mais do que o número da balança. A estabilidade, o estado nutricional, a quantidade de massa muscular, a qualidade da pele e a presença de sintomas são alguns dos aspectos que podem influenciar o tipo de tratamento.

A investigação também deve observar como a alteração interfere na vida cotidiana. Dor, inchaço, sensibilidade e limitações funcionais podem indicar a necessidade de avaliação por diferentes especialidades.

Segundo o médico André Araújo, nos casos de lipedema, a perda de peso pode melhorar parte do quadro, principalmente quando a paciente também apresenta sobrepeso ou obe-

sidade. No entanto, o emagrecimento não necessariamente elimina manifestações como dor, sensibilidade, inchaço e desproporção corporal.

O especialista também destaca, em análise sobre a relação entre o Mounjaro e o lipedema, que a tirzepatida pode contribuir para a redução do peso e para o controle de fatores que podem agravar a condição. Isso, entretanto, não significa que o medicamento seja um tratamento específico ou isolado para a doença.

TRATAMENTOS ADEQUADOS

A conduta depende da causa identificada. O acompanhamento pode incluir orientação médica e nutricional, atividade física voltada à preservação da massa muscular, fisioterapia, terapia de compressão e cuidados relacionados à circulação.

Quando há excesso significativo de pele, diástase, hérnias, limitações funcionais ou alterações persistentes no contorno corporal, procedimentos cirúrgicos podem ser considerados. A indicação depende de fatores como anatomia, estabilidade do peso, condições clínicas e impacto na qualidade de vida.

Em determinadas situações, o tratamento pode ser realizado em etapas, priorizando a segurança e uma recuperação adequada.

Estado de SP tinha 268 obras paralisadas e R\$ 1,44 bilhão em contratos em abril

Dados do TCE-SP apontaram 856 obras atrasadas; Parte da Linha 17- Ouro foi entregue em março

DIVULGAÇÃO/GOVERNO DE SP/AGÊNCIA SP



Obras da Linha 17-Ouro do Metrô de São Paulo foram registradas como atrasadas no Painel do TCE-SP em 25 de abril; parte do projeto foi concluído em março

Da Redação

São Paulo entrou no fim do primeiro quadrimestre de 2026 com 7.724 obras registradas no Painel de Obras do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP), segundo dados de 25 de abril. Os empreendimentos estavam distribuídos por 530 municípios e somavam R\$ 25,18 bilhões em investimentos contratados. Do total, 6.829 obras, ou 88,41%, eram de âmbito municipal, com R\$ 15,47 bilhões em contratos. Outras 895, equivalentes a 11,59%, eram estaduais, com R\$ 9,70 bilhões.

A maior parte das obras estava em execução dentro do prazo. Eram 6.868 empreendimentos nessa situação, correspondentes a 88,92% do total, com R\$ 18,94 bilhões contratados, ou 75,20% do volume financeiro. Outras 588 obras, 7,61% do conjunto, estavam em execução com atraso. Esses contratos somavam R\$ 4,80 bilhões.

O painel registrava ainda 268 obras paralisadas, 3,47% do total, com R\$ 1,44 bilhão em recursos contratados. Consideradas em conjunto, as obras atrasadas e paralisadas chegavam

a 856 empreendimentos, ou 11,08% das obras registradas. O valor dos contratos nessas duas situações era de R\$ 6,24 bilhões, correspondente a 24,80% do investimento total.

A obra de maior valor contratado no levantamento era de R\$ 595,94 milhões. Localizada na capital e de âmbito estadual, tinha como contratantes a Secretaria dos Transportes Metropolitanos e o Metrô de São Paulo. O contrato foi firmado em 2023 com a AGIS Construção S.A. e constava no Painel do TCE-SP, em 25 de abril, como em execução atrasada. O

projeto envolve obras civis remanescentes e implantação de acabamentos, paisagismo, comunicação visual e instalações hidráulicas de estações da Linha 17-Ouro. O status registrado pelo TCE-SP, porém, corresponde ao recorte de 25 de abril e não à situação atual

São Paulo também liderava o ranking de municípios com maior número de obras paralisadas, com 39 empreendimentos. Agudos aparecia em seguida, com dez, enquanto Campo Limpo Paulista tinha sete. São Bernardo do Campo e Jaboticabal registravam seis obras

paralisadas cada. Franco da Rocha, Mairinque, Salesópolis e Votorantim tinham cinco cada. Guarulhos registrava quatro.

Em volume de recursos de obras paralisadas, a capital também ocupava a primeira posição, com R\$ 647,15 milhões. São Bernardo do Campo vinha em segundo, com R\$ 122,79 milhões, seguido por Atibaia, com R\$ 89,96 milhões. Ribeirão Preto tinha R\$ 72,07 milhões, São Sebastião, R\$ 53,15 milhões, e Indaiatuba, R\$ 50,79 milhões.

Entre as cidades com maior número de obras atrasadas em execução, São Paulo tinha 51 empreendimentos. Monte Alto e Tupã registravam 20 cada. Franca aparecia com 18, seguida por São José do Rio Preto, com 17. Cubatão, Santana de Parnaíba e Biritiba Mirim tinham 15 obras atrasadas cada.

Após esse recorte, houve registros de retomada ou conclusão em alguns municípios. Em Agudos, foram retomadas obras de uma avenida de interligação e do portal da Avenida Carvalho Pinto. Em Jaboticabal, a Praça Nove de Julho foi revitalizada e uma creche no Jardim Maria Luíza II teve a obra retomada. Em São Bernardo, foi autorizada a reforma e ampliação da EMEB Aluísio Azevedo.

Em São Paulo, há registro de retomada e conclusão do CER IV da Rua Jorge Jones. Em Tupã, obras de contenção de erosão foram retomadas.

Linha 6-Laranja recebe 14º trem para operação no ramal

DIVULGAÇÃO/AGÊNCIA SP

Da Redação

A Linha 6-Laranja de metrô recebeu na sexta-feira (14) o 14º trem de uma frota prevista de 22 composições. Os carros chegaram ao Pátio Morro Grande, na zona norte de São Paulo, após serem transportados em uma operação logística que buscou evitar impactos no trânsito da capital.

Fabricados pela Alstom em Taubaté, no interior do Estado, os carros seguiram em direção à Rodovia Presidente Dutra em um período escolhido para evitar os horários de pico. Após a chegada ao pátio, os carros foram descarregados e serão acoplados para formar a composição. Na sequência, o trem passará por testes antes de inte-

grar a operação do ramal.

As composições utilizam o sistema CBTC GoA4 (UTO), tecnologia de controle baseada em comunicação que permite a operação sem condutor. Os trens poderão atingir velocidade operacional de até 80 km/h. O sistema também permitirá intervalos de cerca de dois minutos entre as composições nos horários de maior movimento.

A Linha 6-Laranja deverá ligar a Brasilândia à Estação São Joaquim. Com a conclusão do ramal, o tempo de deslocamento entre os dois pontos deverá cair de cerca de 1h30 para 23 minutos. A estimativa é de que a linha transporte cerca de 633 mil passageiros por dia quando estiver em operação plena.

O ramal é resultado de



Novo trem da Linha 6 Laranja em pátio na zona norte da capital

uma parceria público-privada (PPP) entre o Governo do Estado e a concessionária Linha Universidade(Uni), responsável pela construção, operação e manutenção da linha. Desde julho, a Linha 6-Laranja está em operação assistida no trecho das estações João Paulo I, Freguesia do Ó, Santa Marina, Água Branca, Sesc-Pompeia e Perdizes. Durante essa etapa, os passageiros podem utilizar o serviço gratuitamente de segunda a sexta, das 10h às 15h.

Quando estiver concluída, a linha terá 15,3 quilômetros de extensão e 15 estações subterrâneas. O percurso conectará a Brasilândia à São Joaquim, na região central de São Paulo e terá integração com outros trechos.

Capital paulista define novas regras para bikes elétricas

Medida estabelece limites de velocidade para ciclistas e patinetes

Da Redação

A Prefeitura de São Paulo publicou, nesta sexta-feira (14), uma portaria que estabelece novas diretrizes para a circulação de bicicletas elétricas e de veículos autopropelidos em vias urbanas. O texto, que entra em vigor a partir do dia 28 de agosto, visa organizar o trânsito da capital paulista e ampliar a segurança de pedestres e condutores ao definir limites claros de velocidade e áreas permitidas para cada modalidade de transporte individual.

A principal mudança introduzida pelo decreto refere-se à padronização das velocidades máximas. Em ciclovias e ciclofaixas, as bicicletas elétricas deverão respeitar o limite de 20 km/h. Contudo, em locais de circulação compartilhada, como ciclofaixas sobre calçadas, canteiros ou áreas exclusivas para pedestres, a velocidade máxima permitida cai para 6 km/h. Essas restrições também se aplicam às bicicletas conven-

cionais, reforçando a prioridade de proteção ao pedestre em zonas de convivência.

O decreto inova ao classificar os equipamentos autopropelidos (veículos elétricos de duas ou três rodas, com potência de até 1000w) conforme a posição do condutor, diferenciando aqueles conduzidos em pé daqueles em que o usuário permanece sentado ou montado. Essa distinção ajuda a definir as regras de circulação.

Para os equipamentos conduzidos em pé, como os patinetes elétricos, o limite de 20 km/h é válido para ciclovias, ciclofaixas na pista e ciclorrotas. Em vias onde não há infraestrutura cicloviária, estes veículos podem circular em ruas com limite de velocidade de até 40 km/h, também respeitando o teto de 20 km/h. É importante ressaltar que a circulação de patinetes está estritamente proibida em calçadas, passeios, canteiros compartilhados e áreas restritas a pedestres, bem como em vias com velocidade regulamentada



Texto entra em vigor a partir do dia 28 de agosto e quer organizar o trânsito da capital paulista e ampliar a segurança de pedestres e condutores

superior a 40 km/h.

Já para os autopropelidos de condução sentada, a norma estabelece permissão de circulação em vias com limite de velocidade de até 50 km/h, desde que não existam ciclovias ou ciclofaixas disponíveis. Nessas condições, o condutor deve respeitar a sinalização. Assim como no caso dos equipamentos em pé, a velocidade máxima em ciclovias é de 20 km/h e, em áreas compartilhadas com pedestres, de 6 km/h. A proibição de uso em calçadas, áreas de pedestres e vias com velocidade superior a 50 km/h também se aplica a esta categoria.

Uma exceção prevista diz respeito a equipamentos que possuem características de cadeiras de rodas, utilizados por

pessoas com deficiência ou com mobilidade comprometida. Nestes casos, a circulação é autorizada em espaços compartilhados com pedestres, garantindo acessibilidade.

O documento também reitera as regras para bicicletas elétricas em vias comuns. Quando não houver ciclovia no local, elas podem circular junto ao bordo da pista, no sentido do fluxo, em vias com limite de até 50 km/h. Em trechos com mais de uma faixa no mesmo sentido, a orientação é que o ciclista utilize a pista da direita ou aquela de menor velocidade. O tráfego em vias de trânsito rápido e rodovias sem acostamento permanece proibido, exceto para bicicletas voltadas ao uso esportivo, desde que não haja

sinalização proibitiva.

É fundamental não confundir esses dispositivos com os ciclomotores, que possuem regras próprias. São considerados ciclomotores os veículos com motor elétrico superior a 4 kW ou velocidade acima de 50 km/h, bem como modelos a combustão de até 50 cm³. Para esses, a legislação exige habilitação específica, como a Autorização para Conduzir Ciclomotor (ACC) ou Carteira Nacional de Habilitação (CNH) categoria A.

Com as novas regras em vigor, a gestão municipal tem o objetivo de reduzir os conflitos entre diferentes modais de transporte, mitigando os riscos de acidentes e promovendo uma convivência mais harmônica no espaço público.

Quatro grupos apresentam projetos para nova arena

Da Redação

A Prefeitura de São Paulo recebeu contribuições de quatro grupos empresariais no âmbito do Procedimento Preliminar de Manifestação de Interesse (PPMI) para a implantação de uma arena multiuso com capacidade para até 20 mil pessoas e de um polo de inovação na Marginal Pinheiros, na zona oeste da capital. O chamamento público busca colher subsídios técnicos e econômicos para o desenvolvimento de uma futura concessão ou Parceria Público-Privada (PPP). O processo segue em fase preliminar de avaliação de mercado.

O projeto abrange uma área total de 53.795 metros quadrados que atualmente abriga a sede da subprefeitura de Pinheiros, instalações

da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), da Guarda Civil Metropolitana (GCM) e uma unidade de saúde, além da Praça Victor Civita. O terreno é cobiçado pelo setor privado há décadas e foi cogitado por diversas gestões municipais anteriores.

Entre os participantes do PPMI constam empresas de destaque no setor. A Live Nation apresentou estudo para complexo multiuso com torre corporativa de alto padrão, centro comercial e diretrizes de incentivos fiscais para tecnologia. O projeto da Live Nation estima investimentos de longo prazo. O grupo Construcap sugeriu projeto integrado por esplanada elevada, arena de revestimento translúcido e polo de inovação com teto verde. O polo de inovação busca atrair empresas de tec-



ALLINE TOLEZANO / SUBPREFEITURA PINHEIROS

O projeto abrange área total de 53.795 metros quadrados

nologia para a zona oeste.

A In Entretenimento propôs a inclusão de um hotel com centro de convenções e áreas comerciais, prevendo prazos de implantação em contratos de longo prazo. Já o

Instituto Idea concentrou sua proposta em uma arena poliesportiva voltada a eventos de média escala, para até 12 mil pessoas, além da construção de um domo para apresentações e melhorias viárias

no entorno do local.

O projeto tem oposição de moradores e grupos. A Associação dos Amigos de Alto de Pinheiros (SAAP) organizou um abaixo-assinado com milhares de adeptos e exige a suspensão do PPMI até a realização de estudos de impacto ambiental e de tráfego, além de audiências públicas. O Ministério Público de São Paulo instaurou inquérito civil e pediu esclarecimentos à gestão.

A Prefeitura defende a proposta ao apontar o baixo aproveitamento socioeconômico dos lotes e sua localização estratégica próxima a eixos de transporte. A prefeitura afirmou que audiências e consultas públicas serão realizadas para definir os custos da intervenção, o modelo de parceria e a realocação dos órgãos públicos afetados.



Moradores poderão indicar prioridades para áreas como saúde

Prefeitura de Barueri abre consulta para orçamento do ano de 2027

A Prefeitura de Barueri inicia nesta segunda-feira (17) uma audiência pública virtual para receber sugestões da população sobre o orçamento municipal de 2027. A consulta ficará disponível até 7 de setembro, no portal oficial do município de Barueri. A participação contempla a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2027, a revisão do Plano Plurianual (PPA) 2026-2029 e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2027. Os moradores poderão indicar prioridades para áreas como saúde, educação, segurança, emprego e mobilidade urbana. Segundo a administração municipal, a iniciativa atende à legislação que prevê a participação popular no planejamento orçamentário. Além da consulta virtual, está prevista uma audiência presencial em 29 de agosto, das 8h às 12h, na EMEF Estevam Placêncio, no Centro.

São Bernardo entrega sedes dos CREAS 2 e 3

A Prefeitura de São Bernardo do Campo inaugurou, nesta sexta-feira (14), a nova sede dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) 2 e 3. As unidades funcionavam havia cinco anos em uma área compartilhada com o Centro de Referência da Pessoa Idosa (CRI). O novo espaço fica próximo à Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania. O imóvel, que anteriormente abrigava uma delegacia de investigações ambientais, foi reformado com recursos próprios do município.



Unidades funcionavam havia cinco anos em outra área

Unidades acompanham 540 famílias da região

Juntas, as duas novas unidades em São Bernardo acompanham 540 famílias de regiões como Alves Dias, Grande Alvarenga, Cooperativa e Batistini. Segundo a administração municipal, a nova estrutura oferece salas próprias para as equipes técnicas e permite maior privacidade durante os atendimentos, especialmente em casos relacionados à violação de direitos e violência. São Bernardo possui cinco unidades do CREAS, responsáveis pelo acolhimento, orientação e encaminhamento de famílias aos serviços de proteção social.

Atendimento de pessoas em situação de rua

Ao todo, os três equipamentos acompanham 1.470 famílias e contam com 80 profissionais. A entrega faz parte de um processo de reestruturação da rede de proteção social iniciado pela Prefeitura em 2025. Na quinta-feira (13), o município também inaugurou uma nova sede do Serviço Especializado de Abordagem Social (SEAS), voltado principalmente ao atendimento de pessoas em situação de rua.

Guarulhos I

A Prefeitura de Guarulhos realizou na quinta-feira (13) testes de aceitabilidade de uma nova preparação para a alimentação escolar: estrogonofe de carne com palmito de pupunha. A avaliação ocorreu nas escolas municipais Dalva Marina Ronchi Mingossi, na Vila Barros, e Gabriela Mistral, no Recreio São Jorge.

Guarulhos II

A iniciativa faz parte do planejamento da alimentação escolar e segue diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Nutricionistas avaliaram a aceitação dos estudantes, além das condições de preparo da receita nas cozinhas. Os resultados serão considerados na análise sobre a possível inclusão do prato no cardápio da rede.

Carapicuíba I

A Prefeitura de Carapicuíba, por meio da Secretaria de Educação em parceria com o NAPE (Núcleo de Apoio Pedagógico), realizou nesta semana o 4º Festival de Miniatletismo. Os alunos das escolas de Educação Infantil da rede municipal participaram de diversas modalidades, como lançamento de dardo, arremesso de peso e salto em distância.

Carapicuíba II

Outras modalidades também fizeram parte do festival de Miniatletismo da Prefeitura de Carapicuíba, como salto em altura, e corrida. A atividade esportiva teve como principal objetivo na cidade incentivar a prática de atividades físicas desde a infância, promovendo saúde, bem-estar e qualidade de vida para as crianças.

Guararema I

Guararema teve atrações turísticas e programação cultural no fim de semana. Entre as opções está a 5ª Expo Guararema Moto Clube, realizada na Vila de Luís Carlos, a partir das 10h, com exposição de motos e triciclos e seis shows de rock. A entrada será com doação de uma pasta ou escova de dentes, destinada ao Fundo Social da Prefeitura.

Guararema II

A programação integra um roteiro pela cidade que inclui a Freguesia da Escada, onde fica a Igreja Nossa Senhora da Escada, construída em 1652, e o Memorial Origens de Guararema. Na Vila de Luís Carlos, também é possível visitar a estação ferroviária de 1914 e utilizar o Trem de Guararema, que percorre cerca de 6,8 quilômetros.



Sistema Cantareira já chegou a oferecer metade da água para Grande SP

Gestão de recursos desacelera baixa no Cantareira

Ações e chuva acima da média atenuam impacto no reservatório

Da **Redação**

O volume de água armazenado no sistema Cantareira, principal manancial de abastecimento da região metropolitana de SP, opera atualmente em 35,3% da sua capacidade total. O índice apresenta proximidade com o registrado no mesmo período do ano anterior, quando o patamar estava em 38,4%. O cenário atual contrasta diretamente com o início de 2026, período em que o reservatório registrou apenas 19,29% em 13 de janeiro, representando o menor patamar desde a grave crise hídrica vivenciada entre 2014 e 2015, fator que gerava ampla expectativa de um novo colapso severo no abastecimento da capital e região.

A atenuação na velocidade de queda do nível da água decorre de intervenções operacionais implementadas pela Companhia de Saneamento Básica do Estado de São Paulo (Sabesp) e de condições meteorológicas favoráveis. Entre as medidas adotadas destaca-se a Gestão de Demanda Noturna, iniciada em agosto de 2025, que consiste na redução controlada da pressão nas redes de distribuição durante o período noturno. Conforme dados oficiais divulgados recentemente, a iniciativa resultou na economia acumulada de aproximadamente 191 bilhões

de litros de água até o mês de agosto de 2026, equivalente ao consumo mensal de cerca de 33 milhões de pessoas na região.

Outro fator para o controle do nível foi a ampliação da captação de água no rio Jaguari, localizado na bacia do rio Paraíba do Sul. Autorizada pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico no final de junho, a medida elevou o limite máximo anual de transposição de água da usina Jaguari para o reservatório Atibainha em 66%, passando de 162 bilhões para até 268,28 bilhões de litros com vigência até 31 de dezembro. A flexibilização temporária já havia sido adotada em anos anteriores diante da persistência de longos períodos de estiagem severa na região sudeste.

Além das ações estratégicas, o volume de chuvas acima da média histórica registrado nos meses de junho e julho contribuiu para conter o esvaziamento do sistema. A alta incidência de precipitações na última semana de julho alterou a classificação do manancial na curva de contingência estadual. Apesar disso, a operação conservou o sistema em patamar de alerta. O monitoramento permanece intensificado em virtude dos impactos do El Niño, que eleva as temperaturas e pode retardar o início das precipitações regulares na primavera.

Feirão do Refis do ISSQN: 100% de desconto em juros e multas

Contribuintes poderão negociar débitos dias 20 e 21 de agosto das 8h às 17h

Da Redação

Quem ainda tem débitos do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) terá mais uma oportunidade para negociar e regularizar a situação. Nos dias 20 e 21 de agosto, o Feirão do Refis do ISS oferece atendimento presencial no Porta Aberta do Paço Municipal (Avenida Anchieta, 200, térreo – Centro), das 8h às 17h. Não é necessário agendamento e o atendimento será feito por ordem de chegada.

O programa oferece descontos de até 100% em juros e multas, tanto para quem optar pelo pagamento à vista quanto para quem escolher o parcelamento. Além do Feirão, a adesão ao Refis pode ser feita pela internet, no Ambiente Exclusivo de Finanças, até 30 de setembro, e os pagamentos devem ser concluídos até dezembro.

“O Feirão é uma oportunidade para o contribuinte que ainda tem dúvidas ou precisa de ajuda para regularizar seus débitos. Quem optar pelo atendimento presencial poderá contar com a nossa equipe nos dias 20 e 21 de agosto, no Paço Municipal. O importante é aproveitar as condições do Refis e não deixar para a última hora”, destacou o secretário de Finanças, Aurílio Caiado.

QUEM PODE PARTICIPAR

O Refis contempla cerca de



Feirão terá atendimento presencial dias 20 e 21, no Porta Aberta do Paço Municipal, das 8h às 17h

200 atividades de prestação de serviços, atendendo desde pequenos empreendimentos até grandes empresas. Entre os setores abrangidos estão saúde, educação, tecnologia, construção civil, turismo, serviços automotivos, consultorias e eventos.

Segundo o secretário, quanto antes o contribuinte fizer a negociação, maior será a possibilidade de escolher as condições de parcelamento disponíveis.

OUTROS CANAIS DE ATENDIMENTO

Além do atendimento presencial durante o Feirão, os contribuintes podem consultar

as condições do programa e tirar dúvidas pelo hotsite campinas.sp.gov.br/refis ou pelos canais da Secretaria de Finanças: WhatsApp: (19) 98437-4700. Atendimento automatizado 24 horas por dia. O atendimento humano funciona das 8h às 16h, em dias úteis; Chat Web: atendimento automatizado 24 horas por dia e atendimento humano das 8h às 16h, em dias úteis; Telefone: (19) 3755-6000, das 8h às 18h, em dias úteis.

SAIBA MAIS

O ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), gerenciado pela Prefeitura Municipal de Campinas, é um

imposto municipal obrigatório cobrado de empresas e profissionais autônomos que prestam serviços na cidade. O valor arrecadado é usado para financiar obras e serviços públicos locais. Quem paga: empresas prestadoras de serviços, profissionais autônomos e sociedades. O consumidor final também arca indiretamente com o custo, pois o tributo está embutido no preço do serviço. Onde é devido: em regra, no município onde o serviço é efetivamente realizado. Alíquotas: em Campinas, as taxas variam conforme a atividade econômica descrita na legislação municipal.

Camp Crew seleciona artistas para grafitar espaços públicos

Da Redação

Espaços públicos de Campinas vão ganhar novos painéis de grafite em duas ações, neste segundo semestre, e quem vai pintá-los são artistas escolhidos por um edital simplificado aberto desde sexta-feira, 14 de agosto. O projeto Camp Crew vai selecionar até 20 artistas urbanos de Campinas e região para as duas intervenções, marcadas para os sábados 22 de agosto e 26 de setembro.

Podem se inscrever artistas que atuem com arte urbana em espaços públicos e comunitários, em linguagens como grafite, pintura, muralismo (a pintura de grandes murais) e lambe-lambe (a colagem de cartazes em muros e paredes). A inscrição é feita por um formulário na internet, em que o artista informa nome, apelido, cidade e bairro onde mora, contato e redes sociais, e envia até cinco fotos de trabalhos que já fez na rua.

Quem participou de etapas anteriores do Camp Crew também pode se inscrever. Para a primeira etapa, as inscrições terminam em 20 de agosto e para a segunda, em 14 de setembro.

A seleção não olha apenas para a qualidade da arte enviada. O projeto leva em conta a faixa etária, a região da cidade onde o artista mora e a diversidade étnico-racial dos inscritos, e procura reunir na mesma intervenção artistas mais experientes e artistas iniciantes ou intermediários. Cada selecionado vai receber dez latas de tinta spray, entregues no dia da intervenção, sem possibilidade de escolher as cores antes.



Ação do Camp Crew no Parque Floresta

Prefeitura convoca candidatos para prova do concurso de Tradutor e Intérprete de Libras

Da Redação

A Prefeitura de Campinas publicou no Diário Oficial desta sexta-feira, 14 de agosto, o edital de convocação para a prova objetiva do concurso público para Tradutor e Intérprete de Libras – Português. A avaliação será aplicada no domingo, 23 de agosto de 2026, e o candidato deve verificar com antecedência o local do exame no site da Vunesp, na área do candidato.

A coordenadora de Concursos, Recrutamento e Seleção, Maria Izabel Toledo, reforçou a importância de conferir todas as informações antes da data da prova, espe-



Candidatos habilitados farão prova prática nos dias 12 e 13 de dezembro

cialmente horário de apresentação e fechamento dos portões. A recomendação é chegar ao local com pelo menos uma hora de anteceden-

cia para evitar imprevistos. Horário, documentos e itens permitidos

A apresentação dos candidatos está prevista para

as 12h, com fechamento dos portões às 13h. A prova terá duração de três horas, e o participante deverá permanecer em sala por no mínimo duas horas, conforme as regras do edital.

No dia do exame, o candidato deve levar caneta esferográfica de tinta preta e tubo transparente. Também pode ser exigido o comprovante de pagamento da taxa de inscrição, caso o nome não conste no edital de convocação ou no cadastro de inscritos da Fundação Vunesp. É obrigatório apresentar documento oficial de identificação, original ou digital oficial com QR Code.

ROGÉRIO CAPELA/ARQUIVO PMC

PREFEITURA DE CAMPINAS/DIVULGAÇÃO

Estado tem 60 dias para detalhar fila da saúde em Hortolândia à Justiça

Decisão do TJSP exige diagnóstico completo sobre consultas, exames e cirurgias

Da Redação

O Tribunal de Justiça de São Paulo determinou que o Governo do Estado apresente, no prazo de 60 dias, um relatório detalhado sobre a situação do atendimento a pacientes de Hortolândia. A decisão atende a agravo de instrumento apresentado pelo Ministério Público de São Paulo (MPSP) em ação civil pública estruturada que apura a oferta de serviços de média e alta complexidade no município.

O recurso foi analisado em segunda instância e resultou na fixação de prazo para que o Estado apresente um diagnóstico atualizado da chamada “fila da saúde”, considerada um dos principais gargalos do sistema público. O objetivo é reunir dados que permitam dimensionar a demanda reprimida e orientar medidas para reduzir o tempo de espera por atendimentos especializados.

De acordo com o acórdão, o relatório deverá informar o número atual de pacientes aguardando consultas, exames e cirurgias, com detalhamento por especialidade e tipo de procedimento. Também será necessário apresentar o tempo médio e máximo de espera em cada fila, além de indicar as medidas administrativas já adotadas para enfrentamento do problema e os resultados



DIVULGAÇÃO/PREFEITURA DE HORTOLÂNDIA

Relatório deverá detalhar filas por especialidade e indicar medidas para reduzir a demanda por atendimento

obtidos até o momento.

Outro ponto exigido pela decisão é a apresentação de uma estimativa de prazo para a regularização total da demanda. O Estado também deverá detalhar os recursos assistenciais disponíveis, incluindo a rede de atendimento já existente e eventuais contratações previstas para ampliar a capacidade de oferta de serviços.

A decisão judicial ocorre no contexto de uma ação civil pública estruturada, instrumento utilizado para tratar problemas complexos e de caráter contínuo, como é o caso do acesso a serviços de saúde.

Nesse tipo de processo, o Judiciário acompanha a implementação de medidas ao longo do tempo, com o objetivo de garantir a efetividade das políticas públicas.

Na ação, a promotora de Justiça Letícia Lourenço Costa argumenta que o município de Hortolândia atua como solicitante no sistema estadual de regulação, responsável por organizar o acesso a consultas, exames e cirurgias. Segundo o MP, a administração municipal não detém controle sobre a fila nem sobre a abertura de vagas ou a contratação de prestadores especializados, o que limita

sua capacidade de resposta diante da demanda.

Esse modelo de regulação centralizada, segundo a Promotoria, contribui para a demora no atendimento, especialmente em casos que dependem de serviços de maior complexidade. A ausência de transparência sobre os dados e prazos também dificulta o acompanhamento da situação por parte dos pacientes e do próprio poder público local.

Com a decisão, o Judiciário busca estabelecer maior clareza sobre o cenário atual e criar condições para o planejamento de ações mais efetivas.

Defensoria inaugura sede em Sumaré e soma 3,7 mil atendimentos

Da Redação

A Defensoria Pública do Estado de São Paulo inaugurou oficialmente, nesta semana, sua unidade em Sumaré, ampliando o acesso à justiça na Região Metropolitana de Campinas. A sede já está em funcionamento desde 5 de maio e, em cerca de três meses, registrou 3,7 mil atendimentos, sendo 2,9 mil presenciais e 764 virtuais.

A nova estrutura conta com 21 guichês de atendimento, sala privativa, espaço para o Centro de Atendimento Multidisciplinar (CAM), além de ambiente acessível, climatizado e com ponto de apoio à amamentação.

Durante a cerimônia, a defensora pública-geral, Luciana Jordão, destacou que a unidade representa a concretização do papel institucional de garantir acesso à justiça à população mais vulnerável. Já a coordenadora local, Mariana Borgheresi Duarte Peressinoto, ressaltou a importância da proximidade da Defensoria com os cidadãos.

Autoridades do Judiciário e do Executivo municipal também participaram da inauguração e destacaram os impactos positivos da unidade para a população. Segundo o coordenador regional, Leandro de Marzo Barreto, a instalação em Sumaré amplia a presença da Defensoria na região, que já conta com unidades em cidades como Piracicaba e Limeira. A unidade também orienta sobre direitos e encaminha demandas a outros órgãos quando necessário, ampliando o suporte.

Valinhos institui o ‘Gabinete nos Bairros’ dentro do Programa ‘Prefeitura nos bairros’

Da Redação

O Programa Prefeitura nos Bairros, estreou no sábado (15/8) uma novidade. A edição realizada na Praça Zumbi dos Palmares, no Jardim Bom Retiro, contou pela primeira vez com o Gabinete nos Bairros, um espaço destinado ao atendimento direto à população pelo prefeito Franklin Duarte de Lima.

A nova estrutura permite que moradores apresentem demandas, façam sugestões e conversem diretamente com o prefeito a respeito de suas necessidades e expectativa durante as edições do programa.

A nova ação amplia uma



PREFEITURA DE VALINHOS

Prefeito de Valinhos, Franklin Duarte de Lima, atendendo a morador

prática já adotada pelo prefeito, que participava das edições do Programa nos Bairros, acompanhando os serviços, conversando com os moradores e ouvindo

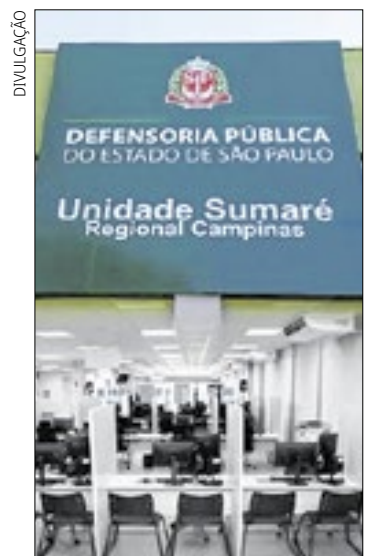
do as demandas de cada região.

Segundo ele, a prática é regular em seu gabinete no Paço Municipal, mantendo contato direto com a população

durante agendas, visitas e eventos. A partir de agora, esse atendimento também contará com um espaço próprio dentro do programa.

“Para mim, lugar de prefeito é perto do povo. Agora, o gabinete também irá até onde as pessoas estão, com um espaço próprio para conversar, acolher as demandas e garantir que cada morador seja atendido com proximidade”, justifica Franklin.

Na estreia, a população contou com serviços públicos, atendimentos de saúde e sociais, atividades para as famílias, além da maior força-tarefa de zeladoria da história de Valinhos.



DIVULGAÇÃO

Nova sede reforça atendimento à população vulnerável

SÉRGIO CABRAL

Jornalista

Intervalo Necessário

As federações e confederações esportivas têm sido objeto, em alguns casos, de grandes polêmicas. Como no caso recente que envolveu o presidente da FIFA, Gianni Infantino, e sua absurda proposta de vender parte da FIFA para investidores privados.

Proposta natimorta e que, provavelmente, levará à sua destituição do cargo.

Mas as entidades são vitais para a organização de cada modalidade esportiva. Entre tantas atribuições fundamentais, a organização do calendário de eventos, criação de regras e pela busca de seu aperfeiçoamento.

É o caso do pequeno intervalo de três minutos, em cada tempo das partidas, implementado pela primeira vez na Copa do Mundo de 2026. A Commebol já adotou os intervalos para os jogos da Libertadores e da Sul-americana.

O Brasileirão ainda não. O campeonato já está no retorno. O país é gigantesco e os jogadores têm que se submeter, muitas vezes, a viagens longas, com esperas nos aeroportos e uma série de imprevistos. Além de muitos clubes estarem disputando, simultaneamente, dois, três torneios. É o caso do meu Vasco da Gama, que luta para não cair no Brasileirão, tem agora a segunda partida das oitavas de final da Sul-americana, e as quartas de fi-

nal da Copa do Brasil.

Entraremos num período mais seco, menos umidade. Portanto, sugiro aos dirigentes da CBF que adotem, imediatamente, o intervalo em cada tempo do jogo. É uma decisão de respeito aos jogadores e aos espectadores. O jogador se hidrata, recupera fôlego e o treinador tem a oportunidade de ajustar a equipe. E o público no estádio e, em suas casas, assistirá a jogos de melhor qualidade, pois a tendência é o atleta ter melhor performance e menos cansaço e desgaste.

Todas as modalidades esportivas coletivas têm intervalos durante suas partidas. O Brasileirão não pode ficar para trás.

O VAR, quando implantado, houve quem dissesse que tiraria o romantismo do jogo, que a paralisação para a checagem do lance prejudicaria o espetáculo. O VAR é a busca pela garantia da verdade do lance para os milhões que assistem aos jogos pela tv, streaming ou nos estádios. Antes, os telespectadores no replay viam erros flagrantes da arbitragem e nada se fazia em campo. Como no caso do pequeno intervalo, há os que acham que é “armação” dos veículos de comunicação para faturar nesses pequenos intervalos. Há os que acham que o jogo perde o ritmo. Tudo bobagem. Vai jogar futebol num campo oficial, com 45 minutos seguidos em cada tempo, e partidas com ritmo acelerado.

Já passou da hora da CBF adotar a novidade.

CRISTIANO BERALDO

Jornalista

O Código Nacional de Trânsito é um Dinossauro

O endividamento está corroendo a renda das famílias brasileiras. Não por acaso, o país atingiu dois marcos preocupantes: por um lado, mais de 83 milhões de pessoas estão negativadas, segundo o Mapa da Inadimplência do Serasa; por outro, o Banco Central informou que a inadimplência média nas operações de crédito subiu para 4,7%, o maior patamar da série histórica iniciada em 2011. Os números chamam ainda mais atenção porque foram divulgados na esteira de sucessivos programas de renegociação de dívidas, como o Desenrola. Em matéria de endividamento, o Brasil tornou-se especialista em apagar incêndios, mas continua distribuindo fósforos. Nas últimas duas décadas quase a totalidade dos municípios de São Paulo aderiu ao sistema de cobrança de estacionamento rotativo em vias públicas. Além da fonte direta de receita a partir do pagamento pelo uso das vagas, as prefeituras viram com bons olhos também a contratação de mão de obra para realizar a cobrança e fiscalização pelas ruas da cidade.

Com a consolidação do sistema, porém, os administradores públicos resolveram dar um passo além e partir para a terceirização do serviço através de concessão para empresas privadas. Isso garante, em geral, um pagamento polpudo que muitas vezes representa um alívio momentâneo para o caixa das prefeituras.

O problema dessa história é que o Código Nacional de Trânsito (CNT) não acompanhou as mudanças causadas pela exploração das

vagas rotativas e passou a punir de forma desproporcional o motorista que, por exemplo, não paga pela vaga no momento que estaciona ou permanece estacionado por mais tempo que o permitido.

Segundo o CTB, estacionar em desacordo com as regras locais é infração grave que gera ao motorista 5 pontos na carteira e multa de R\$195,23. Como a redação do texto legal é genérica, o fato de estacionar de forma adequada em espaço devidamente indicado, mas não pagar a valor do estacionamento passa a equivaler a casos muito mais graves.

Estacionar em local proibido, em vaga para pessoas com necessidades especiais sem a devida identificação, em frente a uma saída de garagem, em fila dupla ou em vagas de ambulância nas proximidades de hospitais causam transtornos graves e podem representar risco a outros cidadãos.

No caso do estacionamento rotativo, porém, o motorista tem com a prefeitura ou com a empresa concessionária uma relação meramente comercial. Dessa forma, é inconcebível que a inadimplência de um valor geralmente baixo, entre R\$5,00 e R\$7,00, possa gerar uma punição até 40 vezes maior. Isso além de contar pontos na carteira que podem gerar a suspensão do direito de dirigir por uma conduta que sob nenhum aspecto revela se o motorista é imprudente à direção.

Esse é um entre muitos exemplos que podemos extrair para mostrar como o Código de Trânsito Brasileiro atual não foi feito para atender ao cidadão. O Congresso Nacional precisa realizar uma revisão urgente no CTB para nos livrar das regras absurdas que visam proteger os interesses de montadoras, empresas concessionárias e os cofres públicos em detrimento aos usuários das vias.

GUILHERME CARRASCO

Vice-presidente executivo da Ademicon

Porque o consórcio ganha força em momentos de cautela econômica

Em períodos marcados por juros elevados, inflação resistente e incertezas sobre o cenário econômico nacional e global, o comportamento dos consumidores tende a mudar. Em vez de priorizar decisões imediatas, muitas famílias e empresas passam a adotar uma postura mais cautelosa, focada na preservação do orçamento e no planejamento financeiro de longo prazo. Nesse contexto, o consórcio ganha espaço como uma alternativa alinhada a uma nova lógica de consumo menos impulsiva e mais estratégica.

Os números confirmam essa tendência. De acordo com a Associação Brasileira de Administradoras de Consórcios (ABAC), nos cinco primeiros meses do ano foram comercializadas mais de 2,36 milhões de cotas, um crescimento de 14% em relação ao mesmo período de 2025. Já os créditos comercializados ultrapassaram R\$ 232,94 bilhões, alta de 24,9% sobre os R\$ 186,55 bilhões registrados no ano anterior. Ao mesmo tempo, o número de participantes ativos superou a marca de 13 milhões em maio de 2026, evidenciando a confiança crescente dos brasileiros na modalidade. Esse avanço ocorre em um ambiente econômico que continua impondo desafios para consumidores e empresas. Apesar dos sinais de recuperação em alguns setores, o acesso ao crédito permanece caro e restrito.

Com a taxa Selic em 14% ao ano, as linhas tradicionais seguem pressionadas, com o crédito imobiliário se aproximando de 19% ao ano, enquanto o financiamento de veículos pode alcançar 27%. Na prática, isso significa que decisões importantes, como a aquisição de um imóvel, a renovação de uma frota ou a compra de equipamentos para expansão dos negócios, acabam impactadas por um custo financeiro elevado que compromete o planejamento de longo prazo. Diante dessa realidade, é observada uma mudança significativa no perfil do consumidor. Se em momentos de maior estabilidade a rapidez na aquisição costuma ser um fator decisi-

vo, em cenários de incerteza cresce a valorização de soluções que proporcionem previsibilidade.

Ou seja, o objetivo deixa de ser apenas comprar e passa a ser comprar de forma sustentável, sem comprometer excessivamente o orçamento. É justamente aqui que o consórcio se destaca. Por não contar com a incidência de juros, a modalidade se torna uma alternativa mais econômica para quem pode planejar suas aquisições com antecedência.

Em vez de assumir parcelas impactadas pelo elevado custo do crédito, o participante contribui mensalmente para a formação de um fundo comum e concorre à contemplação por meio de sorteios ou lances, mantendo o foco na construção patrimonial de maneira equilibrada. Mais do que uma forma de aquisição, o consórcio consolidou-se como uma ferramenta de planejamento, tornando-se relevante para quem busca segurança nas decisões orçamentárias.

Assim, a modalidade deixa de ser vista como uma opção para quem pode esperar e passa a ser reconhecida como uma escolha inteligente para quem deseja obter crédito. Trata-se da consolidação de uma ferramenta que nasceu da necessidade de viabilizar conquistas e que, ao longo das décadas, evoluiu e passou a ocupar uma posição estratégica na gestão financeira de milhões de brasileiros. É certo que, as incertezas econômicas continuarão influenciando decisões de consumo e investimento.

Entretanto, nesse cenário, fica evidente que, soluções que oferecem previsibilidade, flexibilidade e menor custo tendem a ganhar relevância. Planejar tornou-se tão importante quanto adquirir. E é nessa combinação entre disciplina, visão de longo prazo e construção patrimonial que o consórcio amplia seu espaço como um dos principais instrumentos de acesso ao crédito e de realização de projetos no Brasil.



Projeto funciona 24 horas por dia e beneficia 25 mil indígenas

SAMU Indígena reduz de 15 para 6 minutos tempo-resposta

O SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência) Indígena reduziu mais do que a metade o intervalo entre o acionamento até a chegada da equipe de saúde ao local da chamada de emergência, passando de 15 para apenas seis minutos. Com equipe própria para atendimentos nas aldeias, a iniciativa beneficia 25 mil pessoas de três etnias da reserva indígena do município de Dourados, no Mato Grosso do Sul. Desde que foi implementado pelo Ministério da Saúde, em agosto do ano passado, já foram registradas mais de 2,4 mil ocorrências, o equivalente a 204 por mês. O atendimento está disponível à população 24 horas por dia, em todos os dias da semana. Antes do início das atividades na região, uma ocorrência dependia do deslocamento de uma equipe a partir de outras bases do SAMU em Dourados.

Estudo de prevenção ao AVC busca voluntários

Pesquisadores brasileiros recrutam voluntários desde o fim de 2025 para testes com a primeira polipílula brasileira contra acidentes vasculares cerebrais (AVC) e outras doenças cardiovasculares. O objetivo é reunir 8,5 mil participantes, que serão acompanhados por entre três e quatro anos. A polipílula é uma combinação da rosuvastatina 10 mg, contra o colesterol, com dois remédios contra a pressão alta, a valsartana 80 mg e anlodipina 5 mg.

NEIDE BRANDÃO/ SECRETARIA DE SAÚDE DE ALAGOAS



Participantes receberão acompanhamento por até quatro anos

IA amplia parceria entre SUS e hospitais privados

A digitalização de serviços da atenção básica e a incorporação de tecnologias de inteligência artificial à atenção especializada, que ampliam as possibilidades de atendimento de pacientes do SUS na rede hospitalar privada, foram apresentadas durante a abertura do Londrina Unity Health, na quinta-feira (13), em Londrina (PR). As iniciativas de modernização fortalecem a integração entre o SUS e a rede privada e contribuem para ampliar a oferta de serviços de média e alta complexidade, como transplantes, oncologia e cardiologia.

Mobilização para saúde materna e neonatal

A semana nacional de conscientização sobre os cuidados com as gestantes e as mães, instituída pela Lei 15.221/25, visa promover a conscientização sobre a importância do acesso à informação, do acompanhamento pré-natal qualificado e do cuidado integral e humanizado à saúde da pessoa gestante. A data promove mobilização social e de fortalecimento das políticas públicas para a saúde materna e neonatal.

Recurso do Enade I

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) divulgou na sexta o resultado final dos recursos contra o indeferimento do pedido de atendimento especializado no dia de aplicação das provas do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) 2026 para cursos de bacharelado e tecnologia.

Recurso do Enade II

A publicação dos resultados ocorre exclusivamente pelo Sistema Enade. Para acessá-los, é preciso ter a senha da plataforma Gov.br. O atendimento especializado é destinado aos participantes que necessitam de recursos específicos para realizar a prova em condições de igualdade com os demais candidatos.

Monitoramento difícil I

A empresa Discord, dona do aplicativo de comunicação do mesmo nome, ativou globalmente a chamada criptografia de ponta a ponta para as chamadas de vídeo e voz pouco antes do ECA Digital entrar em vigor, em março. A criptografia codifica o conteúdo de determinadas mensagens, tornando-a ilegível para quem não está na conversa.

Monitoramento difícil II

Segundo a companhia, a função amplia a privacidade de usuários, impedindo que qualquer pessoa não convidada a participar da conversa – inclusive seus próprios funcionários e sistemas automatizados – possa ouvir as chamadas ou assistir às transmissões de vídeo. A criptografia de ponta a ponta foi ativada para usuários de todos os países.

Inclusão digital e IA I

O crescente uso de tecnologias como a internet, com destaque para a IA, deve ser acompanhado de pensamento crítico e não apenas entregá-las nas mãos de estudantes e professores. A avaliação é da educadora Daniela Costa, consultora da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) para o Brasil.

Inclusão digital e IA II

“Até um determinado momento, a gente pensava em inclusão digital. Agora, a gente acrescentou duas palavrinhas: tem que ser uma educação, uma inclusão digital significativa e crítica”. Daniela Costa é coordenadora da pesquisa TIC Educação, desenvolvida pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação.



Esquema que Dino investiga é um sequestro do voto

Caso Dino coloca sigilo da fonte no centro de investigação

Reportagens se cruzam com suspeita de assassinato, corrupção e propina

Por **Beatriz Matos**

Uma operação contra a pessoa apontada pela Polícia Federal (PF) como fonte de um jornalista maranhense colocou o próprio Supremo Tribunal Federal (STF) diante de uma discussão sensível sobre até onde uma investigação sobre possíveis crimes pode avançar quando, no caminho, alcança a identidade de uma fonte jornalística protegida pela Constituição.

O debate ganhou força após o ministro Alexandre de Moraes autorizar buscas contra Raimundo Soares Cutrim, delegado aposentado que ocupava cargo de secretário de Estado até ser afastado por decisão judicial. Ele é apontado pela PF como fonte do jornalista Luís Pablo Conceição Almeida.

O caso começou depois que o jornalista maranhense Luís Pablo Conceição Almeida publicou, em seu blog, reportagens sobre o suposto uso de veículos oficiais do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) por familiares de Dino. A partir das publicações, ele passou a ser investigado sob suspeita de ter obtido e divulgado informações sensíveis relacionadas à segurança e aos deslocamentos do ministro e de seus familiares.

No entanto, a história está crescendo e tendo novos desdobramento. A PF sustenta que o caso não se resume às reportagens. A apuração envolve suspeitas de perseguição, divulgação de informações sensíveis sobre a segurança de Dino e um repasse de R\$ 100 mil relacionado ao jornalista. Luís Pablo. O jornalista nega ter vendido matérias e diz que o valor foi um empréstimo pessoal, depois devolvido.

NOVA CAMADA

A controvérsia ganhou uma nova camada na última sexta-feira (14), quando Flávio Dino retirou o sigilo de decisões de investigações sob sua relatoria.

Os documentos ajudam a mostrar por que Cutrim já estava no radar da PF antes da operação relacionada ao jornalista.

As apurações reúnem fatos distintos que, segundo a PF, podem estar conectados: homicídio, corrupção, peculato, obstrução de Justiça, coação no curso do processo e organização criminosa.

Um dos pontos de origem é o assassinato do empresário João Bosco Sobrinho, em São Luís, em 2022. Gilbson César Soares Cutrim Júnior foi condenado pelo crime.

Instituto leva mentoria para mulheres à Paraíba

Programa terá quatro meses de duração, integra o LiderA e amplia rede

Da Redação

A experiência de uma empresária pode abrir caminhos para outra. É a partir dessa premissa que a Mentoria para Mulheres chega à Paraíba, e amplia uma rede que já conecta cerca de 540 mulheres em diferentes estados brasileiros. O programa foi lançado na segunda-feira (10), no auditório Francisco Alves Pereira, na Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (FIEPB), com a proposta de impulsionar o desenvolvimento de empresárias por meio de gestão, troca de experiências e networking.

A iniciativa é realizada pelo Instituto Euvaldo Lodi (IEL), em parceria com o Fórum Nacional da Mulher Empresária (FNME), e integra o Programa de Liderança Feminina na Indústria (LiderA).

Durante o lançamento, a superintendente Nacional do IEL, Sarah Saldanha, destacou o papel da iniciativa para

transformar experiências em oportunidades de crescimento e fortalecer a atuação das mulheres no ambiente empresarial.

“O LiderA valoriza a experiência das empresárias e cria uma jornada de desenvolvimento, conexão e troca de conhecimentos. A liderança feminina é estratégica para fortalecer os negócios e aumentar a competitividade da indústria”, disse, Sarah Saldanha.

Para o superintendente do IEL Paraíba, Lucas Lyra, a chegada do programa ao estado amplia o acesso das empresárias paraibanas a ferramentas e conexões importantes para a gestão dos negócios.

“Estamos trazendo para a Paraíba uma metodologia que aproxima empresárias, estimula a troca de experiências e fortalece competências essenciais para a gestão e a liderança. É mais uma iniciativa do IEL em favor do desenvolvimento da indústria paraibana”, explicou.



FIEPB/ DIVULGAÇÃO

A iniciativa é realizada pelo Instituto Euvaldo Lodi (IEL), em parceria com o Fórum Nacional da Mulher Empresária (FNME)

A jornada de mentoria terá duração de quatro meses e será organizada em quatro pilares: autoconhecimento estratégico; gestão e negócios; execução orientada e resultados; e conexão e networking. A programação inclui mentoria magna, onboarding, mentorias coletivas, círculos de mentoria e um encontro final.

A proposta é criar um ambiente de aprendizado compartilhado, no qual as participantes possam ampliar repertórios, desenvolver competências de liderança, aprimorar a gestão dos negócios e construir conexões com outras empresárias. O formato também valoriza a experiência prática e a troca entre mulheres que enfren-

tam desafios semelhantes no empreendedorismo.

Durante o lançamento, Narriman Napy, empresária e idealizadora do Mulheres que Fazem, ressaltou a importância de reconhecer as trajetórias femininas e transformar histórias individuais em redes de apoio e oportunidades.

“O Mulheres que Fazem nasceu para dar visibilidade a essas histórias e criar conexões. E quero reforçar que a FIEPB está de portas abertas para apoiar empreendedoras a desenvolver seus negócios”, afirmou.

A programação também contou com o depoimento da empresária Alana Tenório, que compartilhou sua trajetória profissional e a história

do negócio que fundou, reforçando a importância da inspiração e da troca de experiências para quem empreende.

A Mentoria para Mulheres faz parte do Programa de Liderança Feminina da Indústria (LiderA), iniciativa do Fórum Nacional da Mulher Empresária (FNME), coordenado pela CNI. O programa busca ampliar a presença feminina na indústria por meio da conexão entre lideranças, disseminação de boas práticas e incentivo ao empreendedorismo feminino.

O LiderA reúne ações do Sistema Indústria voltadas às mulheres e organiza iniciativas nos eixos de competitividade, gestão, inovação e negócios.

Bets: mais de 5 milhões estão impedidos de apostar

Da Redação

Mais de cinco milhões de brasileiros estão impedidos de fazer apostas em plataformas online, as chamadas bets, disse o ministro da Fazenda, Dario Durigan, na quinta (13).

Cerca de 1,2 milhão de pessoas já haviam optado voluntariamente pela autoexclusão, por meio da plataforma que permite ao usuário bloquear o próprio acesso a esses sites.

Além disso, também são contabilizadas outras 800 mil pessoas que aderiram a nova rodada do Desenrola, iniciativa de renegociação de dívidas. Pelas regras do governo, elas ficam impedidas de realizar apostas online por seis meses.

Outras 3 milhões de pessoas são as inscritas no Bol-

sa Família ou que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

“A gente chega nesse total de mais de 5 milhões de pessoas impedidas, obstaculizadas, excluídas do jogo no Brasil, nesse compromisso de tratar as bets como cigarro, no desincentivo ao jogo no país”, disse Durigan.

O ministro também informou que duas operações foram deflagradas nesta quarta-feira com apoio da Secretaria de Prêmios e Apostas. Uma delas envolve uma empresa que atuava de forma ilegal. A outra mira uma empresa que havia chegado a obter autorização do Ministério da Fazenda, mas teve a atuação suspensa por medida cautelar durante um processo de fiscalização.

Segundo Durigan, as ações contam com compartilha-



FABIO RODRIGUES-POZZEBOM/ AGÊNCIA BRASIL

Medidas incluem autoexclusão e bloqueio de quem é do Bolsa Família

mento de informações entre órgãos públicos e autoridades policiais e envolvem investigações relacionadas a crimes como lavagem de dinheiro e ocultação de patrimônio.

Fazenda divulga docu-

mentos de bets autorizadas

O Ministério da Fazenda também começou a divulgar documentos que embasaram os processos de autorização das empresas de apostas que pretendem operar legalmente

no Brasil. Na primeira etapa, foram disponibilizados documentos referentes a 80 das 85 empresas que passaram pelo processo de habilitação na Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA). São mais de 2 mil páginas de documentos.

Entre os materiais divulgados estão pareceres técnicos sobre a habilitação jurídica das empresas, a idoneidade de controladores e administradores, a origem dos recursos e os mecanismos de prevenção à lavagem de dinheiro. Também foram disponibilizados pareceres sobre o pagamento da outorga e relatórios finais de análise.

Segundo o material divulgado pelo Ministério da Fazenda, a publicação permite que o público tenha acesso às análises técnicas que fundamentaram cada autorização.

ILUSTRAÇÃO / IMAGEM GERADA POR IA



Ação teve início após a queda de um helicóptero na Vista Chinesa

Justiça marca audiência sobre voos de helicópteros no Rio de Janeiro

A Justiça Federal marcou para 24 de setembro audiência de conciliação na ação civil pública do Ministério Público Federal (MPF) que pede restrições aos voos comerciais de helicópteros no Rio de Janeiro. A 35ª Vara Federal adiou para depois da audiência a análise do pedido de urgência. O MPF quer direcionar voos turísticos e demais operações remuneradas de passageiros para a Rota Especial de Helicópteros Praia (REH Praia), corredor aéreo ao longo do litoral. Também solicita maior fiscalização, revisão de condicionantes ambientais e um plano para reorganizar as operações. A ação foi apresentada após a queda de um helicóptero na Vista Chinesa, em 8 de agosto, que matou o piloto e três turistas colombianas e provocou incêndio no Parque Nacional da Tijuca. Segundo o MPF, 13 pessoas morreram em acidentes do tipo no Rio neste ano.

OAB pede veto de Lula a alta nas custas da Justiça

A OAB e os 27 Conselhos Seccionais pediram ao presidente Lula veto integral ao PL 429/2024, do Superior Tribunal de Justiça, que reformula as custas da Justiça Federal e cria o FEJUFE. A entidade afirma que o texto pode elevar os percentuais das ações cíveis de 1% para até 3%, com teto de R\$ 107.332,80 e correção anual pelo IPCA. Para a Ordem, o aumento pode dificultar o acesso à Justiça, sobretudo para trabalhadores, aposentados e profissionais liberais. A OAB também criticou a tramitação acelerada do projeto no Congresso.

RAUL SPINASSÉ / CFOAB



OAB acredita que mudanças podem dificultar acesso à Justiça

Já a DPU apoia novas regras para custas

A Defensoria Pública da União (DPU) apoia a sanção integral dos PLs 429/2024, 1.872/2025 e 1.881/2025. Segundo a instituição, as propostas fortalecem o Sistema de Justiça e criam condições para ampliar o atendimento e a interiorização da DPU. A entidade defende que o novo modelo de custas, atualizado após cerca de 26 anos, preserva a gratuidade para quem não pode pagar e prevê faixas progressivas, limites e correção pelo IPCA. Parte da arrecadação será destinada à modernização de instituições do Sistema de Justiça.

Redução de processos de crimes contra a Amazônia

Pesquisa do Conselho Nacional de Justiça e do UNODC aponta redução de 6,2% no estoque de processos sobre crimes contra a flora na Amazônia Legal entre 2020 e 2025. As novas ações caíram quase 60%, de 1.069 para 445. O IAD chegou a 196%, indicando que a Justiça encerrou mais processos do que recebeu. A pesquisa aponta concentração dos casos no Pará, Rondônia, Mato Grosso e Amazonas.

Fake News eleitoral I

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) desmentiu um vídeo que circula nas redes sociais desde as Eleições 2018 e voltou a ser compartilhado após o pleito de 2022. A publicação afirma, falsamente, que um eleitor morto em 2010 teve o voto computado nas eleições de 2022. A alegação foi feita por uma mulher que mostrou a certidão de óbito do marido.

Fake News eleitoral II

Segundo o TSE, o título eleitoral do homem citado no vídeo foi cancelado em 2010, após a comunicação do óbito. A Corte também esclareceu que o site usado na gravação não era oficial e inventava supostos votos, além de alertar para o risco de fornecer CPF e outros dados pessoais a páginas desconhecidas. O voto, por determinação constitucional, é sigiloso.

Assédio eleitoral I

O Ministério Público Eleitoral orientou procuradores e promotores de todo o país a abrir imediatamente investigações cíveis e criminais diante de indícios de assédio eleitoral. A prática de ameaçar ou coagir eleitores a votar em candidatos ou partidos é crime e pode gerar punições nas esferas eleitoral, criminal e trabalhista.

Assédio eleitoral II

A orientação também prevê a apuração de casos encamiñados pelo Ministério Público do Trabalho e pela Justiça do Trabalho. No ambiente profissional, o assédio pode resultar em multas e indenizações por danos morais. A conduta ainda pode configurar abuso de poder econômico ou político, conforme o caso nacional.

Indenização I

A 3ª Turma do TST elevou de R\$ 10 mil para R\$ 30 mil a indenização devida a uma copeira dispensada após informar à empresa que tinha medida protetiva contra o ex-companheiro, também empregado. Para o colegiado, a demissão agravou a vulnerabilidade da trabalhadora e teve caráter discriminatório em razão do gênero. A decisão busca prevenir.

Indenização II

Ela pediu mudança de horário para evitar encontros com o ex-companheiro para cumprir a medida protetiva judicial. A empresa recusou o ajuste e a dispensou por WhatsApp. O TST citou normas nacionais e internacionais de proteção às mulheres e o Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero do CNJ.

ILUSTRAÇÃO/IMAGEM GERADA POR IA



Nas ruas, candidatos podem utilizar alto-falantes das 8h às 22h

Propaganda eleitoral está autorizada nas ruas e na internet

Candidatos já podem fazer campanha seguindo regras que limitam ações

Da Redação

A propaganda eleitoral para as Eleições Gerais de 2026 começou no domingo (16), conforme o calendário definido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Candidatas e candidatos podem divulgar suas campanhas nas ruas e na internet, dentro das regras estabelecidas para publicidade paga, transmissões ao vivo, comícios, equipamentos de som, imprensa e divulgação de levantamentos.

Na internet, a propaganda eleitoral também está permitida. A circulação paga ou impulsionada de conteúdo eleitoral poderá ocorrer até 1º de outubro. Transmissões ao vivo feitas por candidatos para promoção pessoal ou de atos relacionados ao exercício do mandato, mesmo sem referência às eleições, são consideradas atos de campanha. Enquetes relacionadas ao processo eleitoral estão proibidas e a Justiça Eleitoral poderá exercer poder de polícia sobre a divulgação desse tipo de levantamento.

Nas ruas, candidatos, partidos, federações e coligações podem utilizar alto-falantes e amplificadores de som das 8h às 22h, entre 16 de agosto e 3 de outubro. Os Andre Souza - SP equipamentos devem respeitar distância mínima de 200 metros de sedes dos Poderes Executivo e Legislativo,

tribunais, quartéis e outros estabelecimentos militares, hospitais, escolas, bibliotecas públicas, igrejas e teatros em funcionamento.

Os comícios e a utilização de aparelhagem de sonorização fixa estão permitidos das 8h à meia-noite, entre 16 de agosto e 1º de outubro. No encerramento da campanha, o horário poderá ser estendido por mais duas horas. Até as 22h de 3 de outubro, véspera do primeiro turno, também são permitidas distribuição de material gráfico, caminhadas, carreatas e passeatas, com ou sem carro de som ou minitrio.

Na imprensa escrita, a propaganda eleitoral paga poderá ser publicada até 2 de outubro. A reprodução, na internet, do jornal impresso também é permitida. Cada veículo poderá publicar até dez anúncios, em datas diferentes, para cada candidato. O espaço máximo será de um oitavo de página em jornal padrão e de um quarto de página em revista ou tabloide.

Já os serviços telefônicos oficiais ou concedidos deverão instalar telefones nas sedes dos diretórios partidários, mediante requerimento das legendas e pagamento das taxas. A regra abrange diretórios nacionais, estaduais e municipais registrados na Justiça Eleitoral.